

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIAS
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

JOÃO OLIVEIRA FERNANDES AZEVEDO

**O MERCOSUL PARA ALÉM DE UM SONHO DE INTEGRAÇÃO: AS
PRESIDÊNCIAS *PRO TEMPORE* (2020-2022) E AS DIVERGÊNCIAS DO BLOCO**

GOIÂNIA

2024

JOÃO OLIVEIRA FERNANDES AZEVEDO

**O MERCOSUL PARA ALÉM DE UM SONHO DE INTEGRAÇÃO: AS
PRESIDÊNCIAS *PRO TEMPORE* (2020-2022) E AS DIVERGÊNCIAS DO BLOCO**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado à Escola de Direito, Negócios e
Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de
Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel(a) em Relações Internacionais.
Orientador(a): Dr. Danilo Alarcon

GOIÂNIA

2024

Fernandes Azevedo, João Oliveira. 2024.

O Mercosul para além de um sonho de integração: as presidências pro tempore (2020-2022) e as divergências do bloco/ João Oliveira Fernandes Azevedo. – Goiânia, 2024.

Total de folhas: 70 f. il.

Orientador: Prof. Dr. Danillo Alarcon

Monografia (Curso de Graduação em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Goiânia, 2024.

1. Mercosul. 2. Intergovernamentalismo 3. Presidência pro tempore. I. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito, Negócios e Comunicação. II. O Mercosul para além de um sonho de integração: as presidências pro tempore (2020-2022) e as divergências do bloco.

FOLHA DE APROVAÇÃO

JOÃO OLIVEIRA FERNANDES AZEVEDO

O MERCOSUL PARA ALÉM DE UM SONHO DE INTEGRAÇÃO: AS PRESIDÊNCIAS
PRO TEMPORE (2020-2022) E AS DIVERGÊNCIAS DO BLOCO

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado à Escola de Direito, Negócios e
Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de
Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel(a) em Relações Internacionais.
Orientador(a): Danillo Alarcon

Aprovada em 06 de dezembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Danillo Alarcon (Orientador – PUC Goiás)

Prof. Dr. Pedro Araújo Pietrafesa (PUC Goiás)

Prof. Me. Guilherme Augusto Batista Carvalho (PUC Goiás)

AGRADECIMENTOS

Os meus primeiros agradecimentos vão ao meu orientador, prof. Dr. Danillo Alarcon, que me ajudou durante os meus anos de universidade. Suas orientações, tanto para este trabalho quanto para a formação profissional, foram essenciais para minha trajetória acadêmica e profissional. Não restrinjo esses agradecimentos somente a ele, mas também a todos os professores da PUC Goiás, com destaque para o Professor Giovanni Okado, Pedro Pietrafesa e Guilherme Carvalho. Estes me forneceram conhecimento não só acadêmico, mas também prático.

Estendo meus agradecimentos à minha família por me dar a oportunidade de escolher esse curso e proporcionar viagens durante a graduação de imersão cultural em outros países. Em especial minha viagem à Buenos Aires, que foi fundamental para a escolha desse tema e para me aprofundar em minhas raízes latino-americanas.

Por fim, agradeço minha querida amiga, Roberta Magalhães, por me apresentar esse curso. Seus conselhos me ajudaram a pesquisar mais afundo sobre o curso de Relações Internacionais, e sem ela não teria feito essa escolha. Ademais, me fez ficar apaixonado pela área de ciência política e levarei isso para o resto de minha vida.

RESUMO

O Mercosul é atualmente o principal bloco econômico da América Latina e um dos meios fundamentais para inserção internacional dos países que o compõem. Ainda que falte, em determinadas ocasiões, coordenação política e instituições fortes, não deixa de ser relevante seu papel para seus Estados membros defenderem suas agendas no sistema internacional e aumentam o comércio entre si. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é analisar como as perspectivas domésticas dos governos eleitos influenciam o papel do Mercosul em seu processo de institucionalização. Para isso, a pergunta que guia o estudo é: como o relacionamento entre esses governos afetou as tomadas de decisão e no funcionamento do Mercosul? Mostrando o papel dos Estados membros na integração regional, examinando a estrutura do Mercosul e a influência política e econômica dos países na estabilidade do bloco. A análise será centrada nos governos de Jair Bolsonaro (2019-2022), Alberto Fernández (2019-2023), Mario Benítez (2018-2023) e Lacalle Pou (2019-2024), e suas ações em relação ao Mercado Comum do Sul à luz da teoria do intergovernamentalismo liberal durante as presidências *pro tempore* de 2020 a 2022. Para lidar com essas questões e objetivos será utilizado o método qualitativo, com ênfase na revisão bibliográfica e análise das declarações e documentos, atas e notícias sobre as presidências do bloco. Por fim se concluiu que o bloco teve suas ações reduzidas pela pandemia, mas houve uma condução de políticas e agendas coerentes devido à dominância de presidentes de direita, com exceção da Argentina, que mesmo desconexa com o bloco, não abdicou de todo de sua participação. Ainda assim, temas importantes ficaram dentro da agenda da presidência como a de tarifa e ampliação de acordos de livre-comércio com outros blocos.

Palavras-chave: Mercosul; intergovernamentalismo liberal; presidência *pro tempore*.

RESUMEN

El Mercosur es actualmente el principal bloque económico de América Latina y uno de los medios fundamentales para la inserción internacional de los países que lo conforman. Aunque en determinadas ocasiones carece de coordinación política e instituciones fuertes, no deja de ser relevante su papel para que sus Estados miembros defiendan sus agendas en el sistema internacional y aumenten el comercio entre ellos. De esta manera, el objetivo de este trabajo es analizar cómo las perspectivas domésticas de los gobiernos electos influyen en el papel del Mercosur en su proceso de institucionalización. Para ello, la pregunta que guía el estudio es: ¿cómo la relación entre estos gobiernos afectó la toma de decisiones y el funcionamiento del Mercosur? Mostrando el papel de los Estados miembros en la integración regional, examinando la estructura del Mercosur y la influencia política y económica de los países en la estabilidad del bloque. El análisis se centrará en los gobiernos de Jair Bolsonaro (2019-2022), Alberto Fernández (2019-2023), Mario Abdo Benítez (2018-2023) y Luis Lacalle Pou (2019-2024), y sus acciones en relación con el Mercado Común del Sur a la luz de la teoría del intergubernamentalismo liberal durante las presidencias *pro tempore* de 2020 a 2022. Para abordar estas cuestiones y objetivos, se utilizará el método cualitativo, con énfasis en la revisión bibliográfica y el análisis de declaraciones, documentos, actas y noticias sobre las presidencias del bloque. Finalmente, se concluye que las acciones del bloque se vieron reducidas por la pandemia, pero hubo una conducción de políticas y agendas coherentes debido a la dominancia de presidentes de derecha, con la excepción de Argentina, que, aunque desconectada del bloque, no renunció del todo a su participación. Aun así, temas importantes permanecieron en la agenda de la presidencia, como la tarifa externa común y el incremento de acuerdos de libre comercio con otros bloques.

Palabras clave: Mercosur; intergubernamentalismo liberal; presidencia *pro tempore*.

LISTA DE FIGURAS/QUADROS

Quadro 1 – Níveis de integração regional.....	14
Quadro 2 – Fases dos estudos de integração regional.....	16
Figura 1 – Organograma do Mercosul.....	29
Quadro 3 – Importações do Brasil por país de origem 1998-1999 em milhões de US\$.....	32
Quadro 4 – Exportações do Brasil por destino 1998-1999 em milhões de US\$.....	32
Figura 2 – PIB do Paraguai entre (2017-2023).....	40
Figura 3 – Dívida pública do Paraguai em milhões de US\$.....	41
Figura 4 – Resultado do PIB de 2020.....	43
Figura 5 – Crescimento do PIB da Argentina entre 2019-2023.....	45
Figura 6 – PIB e a inflação do Uruguai entre 2019-2023.....	46
Quadro 5 – Presidências Pro Tempore do Mercosul de 2020 a 2022.....	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALADI – Associação Latino-Americana De Integração
ASEAN – Associação das Nações do Sudeste Asiáticos
CAN – Comunidade Andina das Nações
CCM – Comissão de Comercio do Mercosul
CEA – Conferência dos Exércitos Americanos
CECA – Comunidade Europeia de Carvão e Aço
UE – União Europeia
Mercosul – Mercado Comum do Sul
TEC – Tarifa Externa Comum
NAFTA – Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
EUA – Estados Unidos da América
CMC – Conselho do Mercado Comum
CPC – Comissão Parlamentar Conjunta
CSC – Conselho de Solução de Controvérsias
FCES – Fórum Consultivo-Econômico Social
FMI – Fundo Monetário Internacional
FOCEM – Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul
GACH – Grupo Consultivo Científico Honorário
GMC – Grupo do Mercado Comum
IFE – Ingresso Familiar de Emergência
LUC – Lei de Urgente Consideração
MDB – Partido Democrático Brasileiro
MRE – Ministério das Relações Exteriores
PEB – Política Externa Brasileira
PIB – Produto Interno Bruto
PJ – Partido Justicialista
PPT – Presidência Pro Tempore
PPTA – Presidência Pro Tempore da Argentina
PPTB – Presidência Pro Tempore do Brasil
PPTP – Presidência Pro Tempore do Paraguai
PPTU – Presidência Pro Tempore do Uruguai
PT – Partido dos Trabalhadores

RBV – República Bolivariana da Venezuela

SACIM – Sistema de Administração e Controle de Cotas de Importação do Mercosul

SAM – Secretaria Administrativa do Mercosul

SIAM – Sistema de Informação Ambiental do Mercosul

TAG – Transportadora Associada de Gás

TPN – Tratado de Não Proliferação

TPR – Tribunal Permanente de Revisão

UNASUL – União das Nações Sul-Americanas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 INTEGRAÇÃO REGIONAL: TEORIA E MERCOSUL.....	13
1.1 TEORIAS SOBRE A INTEGRAÇÃO REGIONAL.....	13
1.1.1 As teorias da Integração Regional: contextos, pressupostos e críticas.....	15
1.2 A INTEGRAÇÃO REGIONAL NO CONE SUL.....	18
1.2.1 As transições democráticas nos países do Cone Sul.....	20
1.3 O TRATADO DE ASSUNÇÃO (1991) E A CONSTRUÇÃO DO MERCOSUL.....	23
1.3.1 Organização funcional do Mercosul.....	25
1.3.2 Entrada de novos membros e as crises	30
1.4 POR QUE O INTERGOVERNAMENTALISMO LIBERAL PARA AVALIAR O MERCOSUL?.....	34
2 MERCOSUL EM CRISE?.....	36
2.1 OS GOVERNOS MERCOSULINOS NA VIRADA DA DÉCADA DE 2010.....	36
2.2 AS PRESIDÊNCIAS NOS PAÍSES-MEMBROS ENTRE 2020 E 2022.....	39
2.2.1 Mario Benítez no Paraguai.....	40
2.2.2 Bolsonaro no Brasil.....	42
2.2.3 Alberto Fernández na Argentina.....	44
2.2.4 Lacalle Pou no Uruguai.....	45
2.3 AS PRESIDÊNCIAS ROTATIVAS NO MERCOSUL ENTRE 2020 E 2022.....	47
2.3.1 A presidência paraguaia de dezembro de 2019 a julho de.....	48
2.3.2 A presidência do Uruguai no segundo semestre de 2020.....	49
2.3.3 A Presidência da Argentina do primeiro semestre de 2021.....	50
2.3.4 A presidência do Brasil no segundo semestre de 2021.....	51
2.3.5 A presidência do Paraguai no primeiro semestre de 2022.....	53
2.3.6 A presidência do Uruguai no segundo semestre de 2022.....	54
CONCLUSÃO.....	57
REFERÊNCIAS.....	59

INTRODUÇÃO

O Mercado Comum do Sul (Mercosul), o principal bloco econômico da América do Sul, visa a integração econômica da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, e mais recentemente a Bolívia. Esse bloco tem como objetivo principal a integração das economias nacionais desses países, gerando um espaço para investimento e oportunidades comerciais. Tem seu tratado constitutivo no ano de 1991 e posteriormente em 1994 o Protocolo de Ouro Preto, que gera as bases institucionais atuais (Mercosul, 2024a). Assim, o objetivo geral desse trabalho é analisar como os Estados nacionais membros do bloco nos governos Fernández na Argentina, Bolsonaro no Brasil, Benítez no Paraguai e Lacalle Pou no Uruguai influenciaram as agendas do bloco durante o período de 2020 a 2022 no cargo da presidência *pro tempore* do bloco.

O período analisado tem uma questão fundamental que é a transição de um período de governantes identificados como sendo de esquerda para aqueles que se identificavam como direita. Com isso, a pergunta que orienta a pesquisa é: como o relacionamento entre esses governos afetou as tomadas de decisão e no funcionamento do Mercosul? É importante ressaltar que nesse período analisado o único presidente de esquerda dentro do bloco era Alberto Fernández da Argentina. A hipótese é de que esse processo de integração regional e o funcionamento do bloco depende do relacionamento dos presidentes e a sua posição dentro do espectro político, ou seja, se são de direita ou esquerda. Isso acaba moldando a coesão do bloco que passa pelas gestões das presidências *pro tempore* com objetivos comuns e evita que o poder de veto seja usado como forma de obstrução entre os governantes e trave pautas importantes, principalmente em momentos críticos. Nesse sentido, será visto o poder de agenda e agência dentro das instituições do Mercosul. A partir de cada gestão à frente do cargo máximo do poder Executivo, cada presidente pode preferir focar em um ou mais problemas a depender de múltiplas dinâmicas, considerando os limites do bloco.

Avalia-se o Mercosul pela perspectiva do intergovernamentalismo liberal de Andrew Moravcsik (1993) dentre as demais teorias de integração regional, pelo bloco ser uma instituição internacional sujeita aos Estados membros e que tem pouca autonomia. A partir disso, é possível analisar que desde as criações essa instituição fica sujeita as presidências *pro tempore* que definem a agenda do bloco, mas esses governos também ficam à mercê das demandas internas na qual os representantes as levam à mesa de negociações no âmbito internacional. Sendo assim, o intergovernamentalismo liberal explica as ações tomadas nesses períodos, levando em perspectiva o contexto internacional e interno dos países na época, na qual tem grande relevância para a análise das prioridades (Oliveira, 2007).

A partir da fonte desses autores será analisado dados dentro da agenda oficial do bloco e das atas disponíveis on-line sobre o que foi feito dentro da instituição no período analisado. Isso também será analisado de acordo com os fatores da época, como a demanda interna dos países, com o contexto histórico e os resultados das negociações do bloco no sentido interno e externo.

O presente trabalho utiliza o método qualitativo dando ênfase na análise documental, se adequando melhor ao campo hipotético-dedutivo. Partindo das duas teorias vistas acima para analisar o MERCOSUL dentro de seu contexto interno que acaba transbordando para as relações externas do bloco. Em relação às fontes de pesquisa, será dado ênfase às fontes primárias dos documentos tanto pelo bloco quanto pelas instituições dos governos membros, serão observadas as agendas e como as presidências seguintes vão dando prioridades ou falta de prioridades à essas agendas colocadas pelas presidências anteriores, e as fontes secundárias, com preferência em artigos, revistas, livros e jornais. A análise de conteúdo dos documentos das reuniões serão utilizadas e se farão presentes ao capítulo dois com a análise das presidências *pro tempore* e a revisão bibliográfica será mais utilizada no primeiro capítulo para explicar o processo de integração.

No primeiro capítulo são abordadas as principais teorias de integração regional e o histórico da cooperação na região do Cone Sul até a criação do MERCOSUL. Posteriormente, o segundo capítulo trará o contexto interno dos países membros do bloco para assim chegar no período analisado, fazendo o mesmo com os principais governos do bloco descritos acima, para assim analisar os feitos dentro da presidência *pro tempore* em cada mandato entre 2020 e 2022. Dentre as questões recorrentes nos debates das presidências *pro tempore* de 2020 a 2022 estiveram: a) medidas para lidar com a pandemia; b) novas pautas, como comércio eletrônico; c) as relações com outros parceiros, especialmente União Europeia e China; d) revisão da TEC. Por fim, são apresentadas as conclusões.

1 INTEGRAÇÃO REGIONAL: TEORIA E MERCOSUL

A integração regional possui vários estudos e conceitos que ajudam a compreender o processo. Segundo Moravcsik (1993), a integração regional é feita a partir de Estados soberanos que decidem cooperar de acordo com seus interesses nacionais quando percebem vantagens, e assim fazem por negociações a transferência de parte de sua soberania para uma instituição internacional ou supranacional. De forma geral, isso ocorre com o propósito do Estado maximizar seus ganhos e minimizar suas perdas usando a instituição para atingir seus objetivos.

A proposta deste capítulo é discutir as diferentes teorias de integração dividindo por períodos, analisando a interação entre os agentes que integram a atual União Europeia (UE), juntamente com as principais correntes teóricas que explicavam essas ações de cooperação. Ainda neste capítulo será abordado o histórico do MERCOSUL, desde a simples cooperação inicial dentre os principais países da América do Sul até a sua atual estrutura e funcionamento. Isso será feito com base nos documentos oficiais do bloco e das instituições nacionais, em artigos e livros no caso das teorias de integração e no histórico de cooperação da região do Cone Sul.

1.1 TEORIAS SOBRE INTEGRAÇÃO REGIONAL

Antes de ter um campo de estudo próprio para a integração regional, os acadêmicos focavam em análises a partir de vantagens comparativas e absolutas. Os acordos comerciais eram vistos em uma ótica de que para o Estado era mais vantajoso estar dentro ou fora desses tratados e conseqüentemente no caso de ratificação a liberalização do comércio ia ser alcançada. Porém, alguns aspectos não eram levados em conta, como a aproximação física entre esses Estados, características comuns e discrepância entre os países (Pinto, 2004).

Desde uma perspectiva econômica, o processo de integração observa níveis de aprofundamento das relações sendo o maior estágio possível de se alcançar a eliminação de todos os tipos de barreira e a unificação dos setores. O Quadro 1 esclarece e diferencia os cinco estágios de integração regional possíveis, sendo o setor econômico prevalecente em todos os níveis. A partir da compreensão desses aspectos, as teorias sobre integração regional ajudam a analisar o motivo de se realizar a cooperação buscando a união em blocos regionais e os diversos resultados que pode suceder a partir de diferentes lentes analíticas. Esses degraus são:

Quadro 1 – Níveis de integração regional

Estágios	Níveis	Características
1º	Acordo preferencial de tarifas	Redução ou extinção de tarifas para bens produzidos dentro dos países signatários do acordo.
2º	União Aduaneira	Além da redução das barreiras alfandegárias, há a adoção de uma Tarifa Externa Comum (TEC) para países fora do acordo.
3º	Mercado Comum	Não há barreiras tarifárias, possuem uma TEC e permitem a livre circulação de bens, serviços e mão de obra. Nesse momento também criam as instituições supranacionais
4º	União econômica	É criada uma moeda comum para os países do bloco juntamente com ele uma instituição bancária para a união.
5º	União econômica completa	É a união de todos os aspectos e o funcionamento do bloco como um país com uma autoridade superior aos governos nacionais.

Fonte: Menezes e Filho (2006).

Para Cássio Silva Moreira (2010), a globalização que se intensifica a partir do fim da Guerra Fria com a vitória do modelo liberal sobre o modelo socialista, reforçou os processos descritos no quadro 1 como meios para se ampliar a globalização. Na sua essência é a combinação dos mercados nacionais em um grande mercado global, onde as empresas buscam criar tecnologias para se manter no mercado global e sobreviver. Porém, há problemas no processo, como o desemprego dependendo das taxas regionais de crescimento.

O autor entende que a globalização acontece em maior proporção em blocos econômicos regionais, em específico a UE e o NAFTA (área de livre comércio entre Canadá, México e Estados Unidos da América). A partir disso os blocos buscam ações coordenadas no setor econômico para unir as economias entre dois ou mais Estados, mas esses processos não são isentos de custos para o Estado. Ao participar de tais feitos o país pode perder certo nível de autonomia em suas políticas domésticas, como o protecionismo de um setor específico, também pode acarretar a diminuição da atividade comercial com os países fora do bloco. Porém, há benefícios também como o aumento da atividade comercial dentro do bloco, aumento do poder de barganha internacional causado pelo aumento do mercado consumidor, cooperando também com a estabilidade política dos países e a transparências dos Estados (Moreira, 2010).

Alfredo da Mota Menezes e Pio Penna Filho (2006) ainda apontam outras questões importantes ao se discutir a integração regional. A participação popular é um grande passo para os processos de integração, sendo que os autores comentam a necessidade de criar um bem-estar social e econômico para esses atores terem a sensação de que é melhor fazer parte do processo de integração do que o contrário, sempre buscando ganhos para todos os Estados que fazem parte. A partir disso, discutem a importância de uma Tarifa Externa Comum (TEC) que torna a concorrência dentro do bloco mais igualitária. Isso acontece porque a TEC estabelece uma tarifa igual para todos os países do bloco que comprem produtos externos fazendo com que o preço desse produto no mercado interno do bloco se mantenha menos distorcidos a variar com a região (Menezes; Penna Filho, 2006).

Ainda, Alfredo da Mota Menezes e Pio Penna Filho (2006) trazem as diversas tentativas de integração que ocorreram na América Latina e com elas seus aprendizados. Eles demonstram que em sua maioria os países dessa região são produtores de commodities e que apesar de uma integração econômica entre eles não trazer bens secundários ou terciários, acabam barateando os custos de produção deixando excedente de recursos que podem ser realocados em outros setores (Menezes; Penna Filho, 2006).

Para além dessas abordagens econômicas e sobre os níveis de integração, as teorias de integração regional propriamente ditas, e que dialogam com as Teorias das Relações Internacionais, começaram a aparecer após a Segunda Guerra Mundial e no contexto da difusão das ideias liberais na sociedade internacional do pós-guerra. Para Daniela Vanesa Perrotta (2018), é importante entender a historicidade dessas teorias, até para que se compreenda, com mais propriedade, os seus contextos de criação e as possibilidades de utilizá-las nos estudos sobre integração na América Latina. A próxima seção tratará de forma sucinta dessas teorias.

1.1.1 As teorias da Integração Regional: contextos, pressupostos e críticas

Nos anos de 1950, começa a surgir o processo de integração europeu e com isso a tentativa de entender esse processo e quais passos deveriam ser seguidos, com isso as teorias de integração regional podem ser divididas em fases. O quadro abaixo auxilia na compreensão das principais correntes teóricas que dominavam os estudos durante o processo de construção da atual UE. No início desse campo de estudo as análises eram regidas pelas teorias clássicas, mas em torno dos anos de 1970 passaram por um momento de crise e sua produção ficou quase que totalmente parada por cerca de uma década (Jesus; Marques; Ramos, 2009).

Quadro 2 – Fases dos estudos de integração regional

Fase	Quando?	Principais temas
Normativa	Até os anos de 1960	Como evitar uma nova guerra mundial? Como a integração pode contribuir nesse processo? Como criar estruturas federais supranacionais?
Explicação da integração	A partir dos anos 1960	Como explicar a integração? Por que ocorre a integração?
Análise da governança	A partir dos anos 1980	Que tipo de sistema político é a UE? Como descrever os processos políticos internos à UE?
Construção da UE	A partir dos anos de 1990	Como se desenvolveu a integração? Quais são as consequências políticas e sociais deste processo? Como são conceituadas integração e governança? Como deveriam ser?

Fonte: Diez & Weiner, 2004 *apud* Jesus, Marques e Ramos, 2009.

O federalismo é uma das teorias clássicas de integração regional, mas não há um consenso que a consolide como teoria porque alguns estudiosos acreditam que pode ser também considerada uma estratégia para integração (Burgess, 2004). Nesse campo, o federalismo prega a divisão de dois níveis, o nacional composto por Estados nacionais, e o central, na qual é criado uma instituição de integração regional em que os Estados nacionais fazem parte, porém com a separação entre esses dois níveis e uma divisão específica de funções (Kelstrup, 1998).

O federalismo é observado como uma solução para quando o Estado já não tem capacidade de promover a segurança econômica, principalmente, nem a política (Ceia; Ribeiro, 2015). Logo busca construir alianças para resolver problemas internos no nível de uma estrutura supranacional, para isso cedem parte de sua soberania resultando em uma cópia dos Estados no nível supranacional (Burgess, 1996). Entretanto, o federalismo não leva em conta a questão de identidade comum num processo de integração regional, muitas vezes esse problema é acentuado pela discrepância entre os atores que fazem parte desse processo.

A teoria funcionalista, também considerada uma das teorias clássicas nesse campo de estudo, foi criada no período entre guerras como um meio de criticar os Estados Soberanos por David Mitrany (1943 *apud* Jesus; Marques; Ramos, 2009). Segundo Mitrany, na fase inicial da integração regional, a cooperação começa em áreas específicas e funcionais, como setores comerciais, para resolver problemas comuns e alcançar objetivos compartilhados. Esta cooperação inicial baseada na especialização funcional pode se expandir e abranger outras áreas e eventualmente levando à criação de políticas e instituições comuns. A teoria enfatiza a importância da interdependência entre os países, destacando como a integração pode trazer benefícios econômicos, sociais e políticos para todos os envolvidos, também acredita na difusão de organizações internacionais sendo esse o principal foco, porém não leva em conta a soberania dos Estados e o papel fundamental da política.

No Pós-segunda Guerra, surge outra teoria denominada de Neofuncionalismo por Ernst Haas (1958), ao mesmo tempo do surgimento da Comunidade Econômica do Carvão e do Aço (CECA). Surgiu para explicar esse processo de integração regional observados na Europa, oferecendo uma compreensão mais abrangente e dinâmica da cooperação entre Estados. Essa teoria entende que o poder central deve determinar os passos a serem seguidos durante o processo de integração, sendo assim foca sua análise no nível de transferência de poder para instituições não nacionais. Compreende que há também um processo de *spillover*, no qual se entende que essa tentativa de harmonização vai se intensificando de forma que não pode ser evitado (Jesen, 2024). Porém, essa teoria tem um foco intenso na integração econômica e pouco peso no interesse do Estado que pode variar, além de que esses interesses nacionais podem levar a um nacionalismo exacerbado.

O transnacionalismo, considerada uma teoria clássica de integração regional, tem como defensor principal o Karl Deutsch (1964). Essa teoria aborda a ideia de estabilização para um Estado, que seria promovida através da criação de uma instância maior que os próprios Estados que terias suas competências em setores econômicos, sociais e culturais (Ceia; Ribeiro, 2015).

O que diferencia essa abordagem das outras é a ênfase na comunicação, elemento chave para a ação social coordenada dos países com o objetivo de formar uma comunidade de segurança uns com os outros. Com isso a integração seria feita através de instituições e uma identidade coletiva buscando a confiança e a segurança recíproca, também mensurando as ações das pessoas e o processo de integração (Ceia; Ribeiro, 2015).

O intergovernamentalismo é uma teoria clássica que possui duas formas de análise: a) o clássico; b) o liberal (Ceia; Ribeiro, 2015). O intergovernamentalismo clássico surgiu como crítica a teorias como o funcionalismo e o neofuncionalismo e tem suas raízes no realismo;

destacam a importância do Estado como ator central nesse processo de integração que tem ações baseadas na sua sobrevivência, logo as decisões desse ator influenciam o processo de integração diretamente. Sendo assim, eles têm total soberania para decidir que caminho escolher, e isso deveria ser protegido durante o processo por meio do princípio de unanimidade (Jesus; Marques; Ramos, 2009).

O intergovernamentalismo liberal tem como autor principal Moravcsik (1993), o qual combina diferentes atores e perspectivas teóricas em uma só. Com isso se entende que o Estado é o ator essencial no processo de integração, mas não é o único, tendo as organizações internacionais participado do objeto de análise (Ceia; Ribeiro, 2016). Assim sendo, o autor apresenta três variáveis para se analisar o processo de tomada de decisão: 1) política de preferências (processo pelo qual as políticas domésticas formulam os interesses nacionais para formar uma agenda que será levada para as negociações internacionais com base nas interações e nas demandas dos atores internos); 2) barganha entre Estados (processo de negociação entre os Estados para alcançar acordos coerentes com suas políticas preferenciais); e, 3) delegação institucional (são instituições internacionais ou supranacionais que receberam responsabilidade dos Estados) (Moravcsik, 1993).

A partir dessa descrição é possível compreender que, as preferências no nível doméstico têm que ser definidas para que o Estado consiga barganhá-las no nível internacional. Esse conceito traz a ideia de um jogo de dois níveis de Robert Putnam (1988), no qual se tem o nível nacional e o internacional, a partir disso o Estado tem que operar nesses dois espectros, tentando satisfazer os interesses nacionais com o mínimo de concessões possível. Tendo também as organizações supranacionais para integração regional que aumentaria o poder de barganha dos Estados para atingir os objetivos nacionais ou aumentar seu controle nacional (Corral, 2009).

1.2 A INTEGRAÇÃO REGIONAL NO CONESUL

A América do Sul sempre esteve no horizonte de preocupações e oportunidades imediatas do Brasil e claro, de seus vizinhos. Questões de segurança prevaleceram por um bom tempo, intermediadas com preocupações mais amplas, como o papel das grandes potências na região, questões ideológicas e mesmo econômicas. Do ponto dos conflitos, no início do século XX, a região ainda tinha disputas tanto na questão territorial quanto política. O Barão do Rio Branco, após assumir o cargo de ministro das Relações Exteriores em 1903, buscou garantir a integridade territorial do Brasil e consolidou as fronteiras como as quais conhecemos

atualmente, mas também buscou a transformação do Brasil em uma hegemonia regional (Conduru, 1998).

Nesse mesmo período, o continente sul-americano vivia com medo das intervenções americanas que ameaçavam sua soberania, além de também estarem passando por um período de corrida armamentista na região com alianças entre si (Altemani; Lessa, 2006). Isso foi resultado da tentativa rápida de consolidação dos Estados nacionais e de garantir territórios essenciais para o comércio com as grandes potências, sendo muitas das decisões brasileiras na época atreladas à necessidade de defender seu território tanto militar quanto politicamente (Eichner *et al.*, 2017).

Nesse contexto, a diplomacia brasileira apoiou a criação de um sistema do continente americano, que teria os Estados Unidos como principal ator e um subsistema dentro dele na América do Sul, com o Brasil, Argentina e Chile como comandantes (Santos, 2014). Isso era necessário para se romper com a ideia de uma Política Externa Brasileira (PEB) europeia que se instalou durante o período de monarquia e na qual era preciso ser reformulada com a construção da República do Brasil fundada na ideia de americanização da PEB (Eichner *et al.*, 2017).

Assim, Rio Branco propôs a iniciativa do pacto ABC, dando início a um período de cooperação com os Estados vizinhos, demonstrando também que o Brasil buscava a construção de uma região estável e abrindo caminho para cooperação regional (Eichner *et al.*, 2017). Esse pacto tinha como interesse fundamental introduzir a autonomia das tomadas de decisão dos signatários no continente sul-americano e restringir a interferência externa para certificar a estabilidade regional. Além disso, tentou-se a criação de uma cordial inteligência entre os países signatários, composta de 13 artigos, e que tinha a meta de colaborar com uma aproximação entre eles e melhorar o fluxo de comunicação, a não adoção de possíveis táticas que pudessem abalar outros países da região e o estreitamento das relações em fóruns multilaterais para fazer frente às exigências estrangeiras. A partir disso, Amorim e Feldman (2012 *apud* Eichner *et al.*, 2017, p. 32) acreditam que “contribuiria para minimizar as oportunidades de intervenção estrangeira da América do Sul. [...] Ciente dos riscos e oportunidades colocados para o Brasil pelo sistema internacional, valia-se daquelas dinâmicas como forma de demonstrar a necessidade de coesão política (e mesmo militar) sul-americana”.

Assim, pode-se dizer que foi o início de uma cooperação do Cone Sul buscando neutralizar a Argentina em questões territoriais no continente, vendo as intenções do Brasil com o Acre e o Chile com o Tacna-Arica (Heinsfeld, 2009). Apesar de vários desentendimentos posteriores, em 25 de maio de 1915, o Pacto ABC foi ratificado, porém menos promissor do

que havia sido proposto no começo das negociações, tendo sido criada uma comissão permanente daqueles casos de litígios que não pudessem ser resolvidos pelas vias diplomáticas (Eichner, 2017).

Desde uma perspectiva ideológica e mesmo de segurança, os países do Cone Sul se aliaram e cooperaram novamente na chamada “Operação Condor”. Em um contexto de Guerra Fria (1945-1989), ditaduras, apoiadas pelos EUA, se instalaram nesses países sob o pretexto de uma ameaça comunista que assombrava a região¹ (Souza, [s.d.]).

Com a revolução cubana (1959) e a instauração de um governante pró-URSS, cria-se em 1960 a Conferência dos Exércitos Americanos (CEA), que lançou base para a Operação Condor. O principal ponto das conferências era a troca de informação e o estímulo à vigilância dos países americanos sob a liderança estadunidense, estreitando laços militares entre Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai e Bolívia (Santos, 2011).

Em 1975, sob a direção de Manuel Contreras, chefe da *Dirección de Inteligencia Nacional* (Dina) do Chile, juntamente com os chefes de inteligência do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia iniciaram uma cooperação formal para combater a esquerda latino-americana, por medo de que esses grupos se unissem (Mercadante, [s.d.]). Tinham também autonomia para viajar ao exterior a fim de perseguir, sequestrar, torturar e até matar opositores políticos e aqueles considerados terroristas, sendo tida como uma cooperação regional antecedente do Mercosul. A cooperação econômica e técnica entre os países do Cone Sul surgiu a partir de condições específicas do final dos anos 1970 e início dos 1980. Os quatro membros originais do Mercosul eram no momento ditaduras com forte crise econômica. A busca de novas parcerias regionais apareceu assim no horizonte como uma solução para essas crises.

1.2.1 As transições democráticas nos países do Cone Sul

A cooperação, mais técnica, mas com impacto político e de segurança, entre Brasil e Argentina no campo nuclear era pouco provável nos anos de 1970. As duas potências disputavam a hegemonia no continente e cada uma via a outra com desconfiança, e mantinham suas ações nucleares em confidência, podendo criar um dilema de segurança, mas os governos militares,

¹ Foram baseadas na Doutrina de Segurança Nacional (DSN), criada nos EUA para barrar o avanço da União Soviética, e dar direção para os militares estadunidenses atraírem países à sua esfera de influência. No Brasil, era entendido que diante uma ameaça comunista os militares poderiam intervir na política com o apoio estadunidense (Santos, 2011).

já no fim, buscaram uma aproximação. Mesmo que tenha demorado e ainda com alguns retardos, como a criação da Usina de Itaipu, resolverem suas diferenças e foi ratificado o primeiro tratado de cooperação entre Brasil e Argentina na área nuclear em 1980 (Mallea; Specktor, 2012).

Nos anos finais da ditadura, durante o período de 1979 e metade da década de 1980, com o governo de João Figueiredo no Brasil e a política externa militar brasileira, enxergavam a América do Sul com um olhar de cooperação e parceria estratégica (Doratioto; Vidigal, 2021). Esse governo deu continuidade ao processo de democratização no país em meio a um cenário no Cone Sul em que os argentinos e ingleses disputavam as ilhas Malvinas (1982), e que caso o Brasil fosse oposto à posição da Argentina poderia gerar empecilhos no relacionamento bilateral e no processo de integração regional. O governo militar optou pela posição Argentina. Assim sendo, essa ação demonstrou a solidariedade brasileira e a vontade de melhorar as relações bilaterais.

A transição democrática da Argentina aconteceu em 1980 com a abertura que o general Viola concedeu para a oposição (Friderichs, 2017). Essa abertura era um diálogo sem considerar metas nem datas para que isso ocorresse, mas a junta militar o tirou do cargo de Chefe de Estado e colocou o general Galtieri. Esse novo chefe de governo entrou em guerra com a Inglaterra para conquistar as ilhas Malvinas (Falklands, para os britânicos), conforme mencionado acima, tentando legitimar e criar um marco histórico para a ditadura militar, porém acabou perdendo a guerra.

No campo econômico, os militares aprofundaram ainda mais a situação econômica da Argentina e contribuiu para a redemocratização. A Junta Militar Argentina passou por uma reestruturação interna, por julgarem que a indústria criava o movimento operário e social dentro do país, e começaram a regulamentar o crescimento desse setor para favorecer o setor agropecuário. Essas reformas acabaram diminuindo o setor industrial e aumentando não só os salários dos trabalhadores, como também a inflação, com isso veio a insatisfação popular e acabou pressionando para uma redemocratização resultando na eleição de Raúl Alfonsín (1983-1989) (Friderichs, 2017).

A redemocratização da Argentina e o enfraquecimento econômico dos dois países foram motivos também para a ampliação da cooperação bilateral. Nos governos militares havia muito investimento no setor de segurança, incluindo o desenvolvimento nuclear, mas na transição democrática e eleições de governos civis o capital começou a fluir menos para essa área, e também o Tratado de Não Proliferação (TPN) e o medo de sanções acabou por estreitar a cooperação nuclear bilateral. Sarney e Alfonsín optaram por cooperar, ainda mais tendo os EUA

como facilitador dessa aproximação por medo da proliferação de armas e aumentos das tensões (Mallea; Specktor, 2012).

O caso do Paraguai foi um pouco diferente do restante dos países pelo fato de que havia disputas internas no regime (Rolon, 2010). O ditador Alfredo Stroessner esteve no poder entre 1954 até 1989, e seu governo era baseado na união entre o Partido Colorado e as Forças Armadas, mas a crise que desencadeou a transição democrática começou nos anos 1980 com a divisão interna do partido entre aqueles que apoiavam o ditador (Militantes) e aqueles que eram mais ligados ao partido (Tradicionalistas). Mesmo assim, ambos queriam continuar em liderança após a saída de Stroessner.

A divisão ficou mais visível com a entrada de Andrés Rodríguez no cenário criando um espaço entre Rodríguez e Stroessner. Esse contexto com adição de crise econômica e uma pressão internacional para uma maior liberalização acabou levando Rodríguez a dar um golpe militar em 1989. Isso acabou dando uma maior estabilidade para o país que criou uma constituição em 1992 e organizou politicamente e economicamente o país (Rolon, 2010).

A transição uruguaia é um processo muito peculiar na América do Sul que começou no contexto da ditadura militar que passou a dominar o país entre 1973 e 1985. Fatores internos e externos, como a derrota do plebiscito proposto pelos militares em 1980, e a pressão internacional sobre a política de direitos humanos sob o governo Jimmy Carter nos Estados Unidos impuseram razões pelas quais fazer com que o regime começasse a perder sua legitimidade (Coelho, 2011)

O fracasso do plebiscito abriu negociações entre os militares e setores da oposição política que culminou no Pacto do Clube Naval em 1984. O acordo entre o Partido Colorado e a Frente Ampla viu o líder *blanco* Wilson Ferreira Aldunate ficar de fora, mas estabeleceu um cronograma para o retorno à democracia: eleições em 1984 e as anistias aos crimes cometidos pelos militares durante sua ditadura. O processo foi repleto de tensões entre civis e militares, especialmente no que diz respeito à impunidade que era garantida pela Lei da Caducidade de 1986 (Coelho, 2011).

Com a abertura democrática, os países do Cone Sul começaram seus governos com um péssimo legado militar: a crise econômica (Zanatta, 2017). A década de 1980 é marcada por um período de crise na América Latina juntamente com uma piora dos indicadores sociais da região, nesse contexto é que Raúl Afonsín e José Sarney chegaram à presidência da Argentina

e Brasil respectivamente. Sarney² deu continuidade à política externa de Figueiredo se aproximando da Argentina, tendo como evento notório dessa aproximação o encontro com Alfonsín na inauguração da ponte Tancredo Neves (entre Foz do Iguaçu e *Puerto Iguazu*) que gerou uma conversa sobre a redemocratização dos países e a criação de um bloco econômico que faria frente ao processo de globalização defendendo o interesse dessas nações. Além disso, lançaram bases para a integração com um prazo de dez anos na ratificação do tratado de integração cooperação e desenvolvimento em 1988 (Mercosul, 2024b).

A partir do início da década de 1990, Loris Zanatta (2017) entende que foi um período no qual os ideais neoliberais foram instaurados no continente, sendo assim, foi um período no qual os países abriram suas economias num contexto de globalização para que as empresas locais se tornassem mais competitivas, aumentando sua eficiência e qualidade se quisessem continuar funcionais. As economias da região cresceram com o aumento de capital externo e de exportações, transformando o setor social e político da época, assim se deu a criação do Mercosul com a ratificação do Tratado de Assunção em 1991.

1.3 O TRATADO DE ASSUNÇÃO (1991) E A CONSTRUÇÃO DO MERCOSUL

A partir do contexto histórico apresentado na seção acima, o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai estipularam um período de dez anos para a criação do Mercosul, mas a realidade é que ele acabou sendo materializado em 1991 com a assinatura do Tratado de Assunção entre Fernando Collor de Melo no Brasil, Carlos Saul Menem na Argentina, Andrés Rodriguez no Paraguai e Luiz Alberto Lacalle no Uruguai (Mercosul, 2024c).

De acordo com Altemani e Lessa (2006), o bloco econômico mercosulino era um ensaio para fazer frente às instabilidades que aconteciam no sistema internacional, demonstrando que sentiam desconfiança em relação à participação isolada dos países no meio em que estavam inseridos, por ser um período marcado pela integração e cooperação. A partir disso, o bloco adota um modelo de regionalismo aberto, ou seja, abrindo mais os mercados por meio da cooperação entre os Estados e aumentando o poder de barganha no contexto internacional,

² Doratioto e Vidigal (2021, p. 108) mostram que a constituição de 1988 da recém democrática República Federativa do Brasil lançava bases para a cooperação e para o processo de integração regional com a América Latina no Artigo 4º, parágrafo único onde dizia: “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”.

sendo contrário aos prévios processos de integração regional da América Latina que criavam barreiras econômicas em alguns setores específicos.

O período em que se deu a criação do Mercosul foi de liberalizações das economias latinas, demonstrando também o interesse em criar instituições democráticas fortes através da cooperação regional sendo essa demonstrada pela cláusula democrática do Mercosul. O artigo 5º do tratado correspondia ao período de sua ratificação até 1994, que era o período estipulado para harmonização e transição ao Mercosul, mas foi marcado por falta de confiança entre o Brasil e Argentina que foi se extinguindo com o aumento do fluxo de mercado (Altemani; Lessa, 2006).

Collor e Menem representavam as principais economias do bloco, mas havia discrepâncias entre essas duas. A Argentina já se estabilizava e enxergava o bloco como uma maneira de impor seus interesses nacionais e políticas econômicas no meio internacional, enquanto do Brasil continuava com alta inflação e instabilidade política com o impeachment do Collor em 1992. Ainda na perspectiva brasileira, a criação dessa instituição foi um meio para dar legitimidade ao Brasil como protagonista sul-americano e ser mais autônomo em relação aos EUA nas suas decisões, enquanto para a Argentina esse bloco era um meio de conseguir uma possível adesão ao Nafta (Altemani; Lessa, 2006).

O Tratado de Assunção previa nesse contexto de transição para o Mercosul a extinção de barreiras alfandegárias a partir de um cronograma, em maiores dimensões a TEC, que atualmente é alvo de discussões (Menezes; Penna Filho, 2006). A TEC ajudaria a coesão do bloco ao tratar de comércio com outros atores e protegeria as empresas do Mercosul recém expostas à globalização, principalmente aquelas mais consolidadas, fomentando o comércio dentro do bloco. Esses pontos são abordados no artigo 1 do Tratado de Assunção:

A livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente;

O estabelecimento de uma **tarifa externa comum** e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais;

A coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes – de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transportes e comunicações e outras que se acordem –, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes;

O compromisso dos Estados Partes **de harmonizar suas legislações**, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração (Mercosul, 1991, grifo nosso).

A partir de 1994, a interdependência entre os países do bloco aumentou de maneira positiva e tornou o retrocesso do processo de integração mais difícil (Menezes; Penna filho, 2006). O Mercosul já somava mais de dez bilhões em comércio e esse número só foi crescendo, o Brasil e o Paraguai tiveram superávits constantes que foi diminuindo com a chegada do século XXI, sendo o Brasil e a Argentina países ganharam muito e com o comércio entre 1994 e 1995. Além disso, houve o aumento de comércio não só entre os países do bloco, mas também com outros Estados.

Foi perceptível no bloco de integração sul-americano uma vontade dos Estados partes de continuarem juntos mesmo com problemas internos, tentando resolvê-los (Menezes; Penna Filho, 2006). As negociações sempre estiveram presentes dentro do Mercosul, mesmo em momentos de desavenças entre alguns países, como a política automotiva do Mercosul e questões de dificuldade de implementação da TEC que foram postergados pela falta de habilidade dos Estados de cumprir as metas, mas não houve a saída dos membros nesse processo de integração pela vontade de cooperação e ganhos dentro do Bloco. Mas também é visível que a participação popular no processo de integração é mínima ou nula em alguns setores.

1.3.1 Organização funcional do Mercosul

O Tratado de Assunção em 1991, retratado no item acima, já previa algumas instituições como o Conselho do Mercado Comum (CMC) e o Grupo Mercado Comum (GMC). O CMC tinha como principal finalidade de conduzir os objetivos e cumprir prazos pré-estabelecidos, além de ser um espaço para decisão política. Esse é o órgão supremo e conta com a participação dos ministros de relações exteriores e os de economia dos países membros, além dos Chefes de Estados, estabelecendo o mínimo de uma reunião ao ano (Mercosul, 1991).

O GMC é uma instituição de cunho executivo que tem como principais atores os Ministérios de Relações Exteriores. Com isso ele verifica os cumprimentos dos acordos e tratados, tomando as ações necessárias; também propõe medidas concretas para a harmonização das políticas dos Estados, abrindo possibilidade para subgrupos de trabalho auxiliar com os cumprimentos das metas (Mercosul, 1991). O GMC também era previsto para ajudar na solução de controvérsias de acordo com o Tratado de Assunção, e deveria dar recomendações para solucionar o litígio em até sessenta dias de acordo com o anexo III parágrafo 1, mas posteriormente foi modificado.

No mesmo ano da ratificação do Tratado de Assunção, houve a adesão dos países do bloco ao Protocolo de Brasília (1991). Esse protocolo tem como principal ponto a criação da Comissão de Solução de Controvérsias (CSC). Os Estados podem resolver uma controvérsia diretamente, mas quando isso não acontecer, podem recorrer ao GMC e poderão receber uma resposta de caráter consultivo. Mas se mesmo assim o litígio persistir, poderão requerer a CSC. Essa comissão é um tribunal *ad hoc*, ou seja, um tribunal que é temporário e possui um assunto específico para tratar e assim sua decisão é de caráter impositivo e incontestável (Mercosul, 1991).

Em 2002, com a ratificação dos Estados, entra em vigor o Protocolo de Olivos que estipula ainda mais um meio para a solução de controvérsias entre os membros do bloco. Esse protocolo prevê que os países do bloco podem submeter controvérsias em um sistema de controvérsias tanto da OMC quanto ao Tribunal Permanente de Revisão (TPR) no âmbito do Mercosul, ou qualquer outro órgão, mas deveriam escolher apenas um órgão para resolver esse mesmo problema. Ele é constituído por um integrante de cada país e será permanente, sem abertura para modificações ou contestações pelas partes do processo (Mercosul, 2002).

Ainda em 1994 foi ratificado o Protocolo de Ouro Preto, que somava ao Tratado de Assunção e modificava a Estrutura Institucional do Mercosul. No artigo 1 desse protocolo já não se tinha mais somente o CMC e o GMC, mas também adicionava a Comissão de Comércio do Mercosul (CCM), a Comissão Parlamentar Conjunta (CPC), o Foro Consultivo Econômico-Social (FCES) e a Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM). Porém, ainda mantinha o CMC como o órgão superior dentro do bloco, com a função de garantir os cumprimentos do Tratado de Assunção, e mudou quantidade de reuniões necessárias (ficou estabelecido uma reunião a cada semestre). Importante também notar que no artigo 8 do Protocolo de Ouro Preto são aprofundadas as funções do CMC, que são reproduzidas na íntegra abaixo porque expressam claramente o caráter intergovernamental do bloco:

- I. Velar pelo cumprimento do Tratado de Assunção, de seus Protocolos e acordos firmados em seu âmbito;
- II. Formular políticas e promover as ações necessárias à conformação do mercado comum;
- III. Exercer a titularidade de personalidade jurídica do Mercosul;
- IV. Negociar e firmar acordos em nome do Mercosul com terceiros países, grupos de países e organizações internacionais. Estas funções podem ser delegadas ao Grupo Mercado Comum por Mandato expresse, nas condições estipuladas [...];
- V. Manifestar-se sobre as propostas que lhe sejam elevadas pelo Grupo Mercado Comum;
- VI. Criar reuniões de ministros e pronunciar-se sobre os acordos que lhe sejam remetidos pela mesma;

- VII. Criar os órgãos que estime pertinente, assim como modificá-los ou extingui-los;
- VIII. Esclarecer, quando estime necessário, o conteúdo e o alcance de suas decisões;
- IX. Designar o diretor da Secretaria administrativa do Mercosul;
- X. Adotar decisões em matéria financeira e orçamentaria;
- XI. Homologar o regimento Interno do Grupo Mercado Comum; (Mercosul, 1994).

No caso do GMC houve um aumento de funções como a aprovação orçamentária do bloco, es prestação de contas e supervisionar a SAM; essas foram algumas das funções expressas no artigo 14 do protocolo (Mercosul, 1994). Já a recém-criada CCM era composta de quatro membros permanentes e outros quatro membros rotativos de cada país membro com o mínimo de reunião em uma vez por mês com suas competências descritas no artigo 19³.

No caso da Comissão Parlamentar Conjunta, é como se fosse a junção dos parlamentos dos Países membros. Esse órgão não possui distinção quanto a quantidade de representantes, todos os países têm o mesmo número de oficiais lá dentro, e são indicados pelos parlamentos nacionais. Eles têm como objetivo tornar os processos nacionais mais rápidos na questão das decisões dos outros órgãos (Mercosul, 1994). Já o Foro Consultivo Econômico-Social, é a representação econômica e social dos países membros do Mercosul. Nesse órgão os Estados possuem o mesmo número de representantes, mas ao contrário dos outros órgãos, ele é apenas consultivo para tomar decisões no âmbito do de integração (Mercosul, 1994).

A Secretaria Administrativa do Mercosul é uma instituição que auxilia as ações dos outros órgãos. Tem como principais funções a divulgações das ações do bloco, é um arquivo de documentação oficial no âmbito do Mercosul, também traduzindo as mesmas para o português e espanhol, e por fim, prestar conta as demais instituições. Ela está subordinada ao CMC, ao GMP e a CCM, dando suporte operacional para esses órgãos (Mercosul, 1994).

³ “I. Velar pela aplicação dos instrumentos comuns de política comerciais intra-Mercosul e com terceiros países, organismos internacionais e acordos de comércio; II. Considerar e pronunciar-se sobre as solicitações apresentadas pelos Estados Partes com respeito à aplicação e ao cumprimento da tarifa externa comum e dos demais instrumentos de política comercial comum; III. Acompanhar a aplicação dos instrumentos de política comercial nos Estados Partes; IV. Analisar a evolução dos instrumentos de política comercial comum para o funcionamento da união aduaneira e formular Propostas a respeito ao Grupo Mercado Comum; V. Tomar decisões vinculadas à administração e à aplicação da tarifa externa comum dos instrumentos de política comercial comum acordados pelos Estados Partes; VI. Informar ao Grupo Mercado Comum sobre a evolução e aplicação dos instrumentos de política comercial comum, sobre tramite das solicitações recebidas e sobre as decisões adotadas a respeito delas; VII. Propor ao Grupo Mercado Comum novas normas ou modificações às normas existentes referentes à matéria comercial e aduaneira do Mercosul; VIII. Propor a revisão das alíquotas tarifárias de itens de itens específicos da tarifa externa comum, inclusive para contemplar casos referentes a novas atividades produtivas no âmbito do Mercosul; IX. Estabelecer os comitês técnicos necessários ao adequado cumprimento de suas funções, bem como dirigir e supervisionar as atividades dos mesmos; X. Desempenhar as tarefas vinculadas à política comercial comum que lhe solicite o Grupo Mercado Comum; XI. Adotar o Regimento Interno, que submete ao Grupo Mercado Comum para sua homologação”. (Mercosul, 1994).

Em 1998 foi acordado entre os Países Membros o Protocolo de Ushuaia, que foi um marco dentro do Mercosul que buscava garantir a democracia nos Estados. Nesse documento é previsto que os Estados Participantes do bloco deveriam ser responsáveis por promover e assegurar o respeito a democracia nos seus respectivos países, caso houvesse uma ruptura democrática a primeiras medidas era que os países deveriam aumentar as conversas com o ator que provocou essa quebra democrática, mas caso não se chegasse a um acordo o país poderia ser suspenso de alguns acordos e de modo mais penalizante, ser suspenso do bloco e suas obrigações com o mesmo (Mercosul, 1998).

A partir de 2004 com a decisão do CMC nº 45/04 é criado outro órgão ao Mercosul, o Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM). Esse fundo tem como objetivo diminuir as diferenças estruturais, econômicas entre os países do bloco a partir das contribuições não reembolsáveis e percentualmente específicas para cada Estado, com o Brasil contribuindo em torno de 70%, a Argentina 27%, o Uruguai 2% e o Paraguai 1% para o fundo. Esse órgão só começa a funcionar em 2006, distribuindo o capital recolhido de forma que aqueles que menos contribuem são os que mais recebem, para que os países melhorem suas estruturas e facilitar o processo de integração (Focem, 2004).

Nesse ponto é importante ver a evolução do Mercosul e o aprofundamento das relações políticas e econômicas entre os Estados Membros. Contudo é fundamental compreender que ainda se trata de um Mercado Comum e que ainda há mais estágios para se aprofundar antes de se chegar a uma integração total dos países, mas os participantes vêm fazendo progressos graduais para se chegar a esse fim.

Na figura abaixo, é possível visualizar toda a estrutura atual do Mercosul (Mercosul, 2024a).



1.3.2 Entrada de novos membros e as crises

Tendo em vista o funcionamento da organização internacional acima, é preciso entender que durante esse processo de criação e consolidação das instituições e obrigações do bloco houve períodos de crises e de adesão de novos membros. A Venezuela foi um dos exemplos de adesão que ocorreu em 2012 com a aprovação do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela (RBV), mas seu pedido formal de adesão havia ocorrido em 2006 (Brasil, 2016). A demora no processo de adesão vincula-se ao Tratado de Assunção. Nesse Tratado, no capítulo IV, artigo 20, entende-se que a adesão de novos membros deve ser feita por decisão unânime, no qual cada país deve estar de acordo com a adesão, e esses países devem fazer parte da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) (Mercosul, 1991).

Com base nisso os Estados Membros deveriam aprovar o protocolo de adesão em seus respectivos congressos nacionais. O Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE) entendia a entrada da Venezuela ao Bloco com bons olhos, visto que a questão energética, principalmente o petróleo e o aumento de mercado de consumidores fortaleceria não só as negociações internacionais, tanto dos países quanto do bloco, mas também um aumento no setor da economia brasileira (Domingues; Ribeiro; Rocha, 2008).

A partir do momento em que a Venezuela firmou o Protocolo de Adesão, ela também estava aceitando o Tratado de Assunção (1991) e todas as outras normas e decisões já feitas no âmbito do Mercosul, incluindo a TEC. Também no documento de adesão era visto que nas seguintes negociações, a RBV seria integrada ao processo, além da criação de um Grupo de Trabalho que seria responsável por criar metas e manter cronogramas para harmonização da legislação venezuelana com as do restante do bloco, juntamente incentivando a participação gradual da mesma nos órgãos do Mercosul (Mercosul, 2005).

A adesão da RBV se deu de forma conturbada e cheia de controvérsias entre os Estados Membros do Mercosul. Em primeira instância a recém aderida era vista com dificuldade de cumprir com decisões pré-estabelecidas do Mercosul, como a cláusula democrática que também implicava a liberdade de imprensa e direitos individuais, já que na época o Presidente Hugo Chávez estava no poder da Venezuela, fazendo reformas constitucionais e econômicas que iam contra os princípios difundidos do bloco (Silva; Arce, 2011). Porém, de certa forma, era esperado que o país pudesse se tornar mais democrático à medida que seu processo de adesão fosse consolidado e diminuir a intensidade do “chavismo” de forma gradual.

Na realidade, o que aconteceu foi a entrada da Venezuela no Mercosul em 2012, cuja demora para adentrar ao Mercosul foi a resistência por parte do Paraguai. Isso se deu por

preocupações internas do Paraguai de que Chávez estaria interferindo com assuntos externos à Venezuela e de que não se encaixavam na cláusula democrática, mas com a suspensão do Paraguai em 2012, por conta de um processo de *impeachment* do chefe de Estado, Fernando Lugo⁴, foi possível a adesão da RBV no bloco sem a necessidade de incluir o voto paraguaio (Frizzera, 2013). Em 2017, contudo, a Venezuela foi suspensa do Mercosul e de todas as obrigações com a mesma alegando a quebra do Protocolo de Ushuaia, e desde então não participa mais das ações e negociações do bloco (Mercosul, 2017), e em razão desta decisão, o país não entrará nesta pesquisa.

Outro membro da América do Sul que também pediu adesão ao Mercosul é a República Plurinacional da Bolívia, pedido feito em 2006 (Mercosul, 2012). Mas ao contrário da Venezuela, a Bolívia faz parte de outro bloco de integração sul-americano, a chamada Comunidade Andina das Nações (CAN), que possui um sistema próprio de tarifas que se difere àquelas do Mercosul (PONTES, 2007). Porém, mesmo estando na CAN não há proibições ou cláusulas que restrinjam a participação ativa da Bolívia em outro bloco de integração econômico, mas é um desafio aplicar a TEC de cada bloco dentro de seu comércio.

O Paraguai novamente foi o membro que atrasou o processo de adesão boliviano por desconfiança na questão da consolidação democrática e em questões tarifárias, mas também o Brasil só aceitou sua entrada anos após o pedido de adesão pela razão da Bolívia ter um mercado pequeno, não trazendo tanto peso para as negociações do bloco, e preocupações também com a estabilidade democrática. Por sua adesão ser recente, ela não se encontra no período dessa pesquisa e, portanto, não entrará na análise (Silva, 2023).

Ademais a esses processos de adesão de países membros no bloco, o Mercosul também passou por alguns períodos de crise econômica e política. Para entender como a crise da desvalorização do real de 1999 impactou os países mercosulinos é importante compreender que a economia brasileira é maior do que as demais no Mercosul, sendo assim, qualquer perturbação nessa economia tem maior peso e consequência para os demais países do bloco (Vegas, 1999).

No início do Plano Real, em 1994, o governo preferiu adotar um regime de câmbio fixo, no qual o real era ligado ao dólar americano. Com o início da Crise do Real em 1999 desencadeada pela crise do México e a perda de valor das contas externas do Banco Central, o governo brasileiro adotou uma maior margem de flutuação do real para o dólar e a inflação doméstica brasileira não aumentou na mesma proporção que as expectativas, isso acabou

⁴ Estavam sob suspeita de quebra democrática.

contribuindo ainda mais para a desvalorização da moeda brasileira por mais tempo (Cepal, 1999).

A partir do quadro 3 e 4 abaixo é possível verificar que o comércio intra-Mercosul era muito dependente do Brasil enquanto o Brasil não era tão dependente desse comércio e as importações brasileiras acabaram diminuindo.

Quadro 3 - Importações do Brasil por país de origem 1998-1999 em milhões de US\$

Origem	1998	%	1999	%	% Variação 98-99
Total	57.729.888	100	49.210.313,55	100	-14,74
Mercosul	9.423.886,41	16,32	6.718.907,28	13,65	-28,70
Argentina	8.032.609,54	13,91	5.812.388,71	11,81	-27,64
Paraguai	349.018,91	0,60	259.808,03	0,53	-25,56
Uruguai	1.042.257,96	1,81	646.710,54	1,31	-37,95

Fonte: Cepal, 1999 (tradução nossa).

Quadro 4 - Exportações do Brasil por destino 1998-1999 em milhões de US\$

Destino	1998	%	1999	%	% Variação 98-99
Total	51.139.861,55	100	48.011.444,03	100	-6,12
Mercosul	8.878.233,84	17,36	6.777.871,67	14,12	-23,66
Argentina	6.748.203,94	13,20	5.363.954,06	11,17	-20,51
Paraguai	1.249.436,21	1,44	744.284,06	1,55	-40,43
Uruguai	880.593,69	1,72	669.633,55	1,39	-23,96

Fonte: Cepal, 1999 (tradução nossa).

A Argentina foi a que mais sofreu por essa crise, principalmente o setor automobilístico argentino que teve uma queda de 21,7% das exportações totais do país. Com a grande dependência na economia brasileira acabou tendo uma forte diminuição da sua atividade econômica, com isso, as principais demandas internas da Argentina era a imposição de tarifas aos produtos brasileiros para compensar as perdas, mas isso vai em um viés contrário à integração econômica. Essa crise contribuiu com a crise argentina de 2001-2002.

Em 1999 aconteceram as eleições da Argentina, na qual Menem saiu do poder e Fernando De La Rúa ganhou o assento na Casa Rosada, mas os problemas que deram início a crise no começo do século XXI haviam sido feitos previamente. A crise do México (1994) e

posteriormente a crise asiática em 1997 e a do Real acabou afastando os investimentos externos da Argentina e sem isso era quase impossível continuar o regime de câmbio fixo entre o peso argentino e o dólar americano, esse regime foi criado no governo de Menem para conter a hiperinflação argentina, mas acabou ajudando a crise no país. Na tentativa de manter essa paridade entre as duas moedas, vendo que no início do novo século o dólar se valorizou, o governo precisou pegar empréstimos para se sustentar e ainda conseguir pagar sua dívida externa (Santoro, 2019).

O ministro de Economia da Argentina na época, José Luís Machinea, tentou negociar com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para conseguir esse empréstimo. A chamada “blindagem econômica” que foram três acordos aprovados que ao final o FMI cedeu um valor de US\$39 bilhões para a Argentina, exigindo reformas na previdência com o aumento da idade de aposentadoria e reformas estruturais como o pacto fiscal com as províncias (Fernandes; Freitas; Wegner, 2020).

Uma série de renúncias dentro do governo, principalmente a do vice-presidente e a do ministro de economia, criou uma instabilidade política dentro do país. Nesse contexto, La Rúa coloca Domingo Cavallo como ministro de Economia, sendo que ele havia criado o regime cambial, tentando a todo custo manter a paridade mesmo com a sobrevalorização do peso argentino com a novidade de não ser apenas com o dólar americano, mas com o euro também e isso acabou afastando os investidores (Santoro, 2019).

Sendo assim o governo tentou controlar os saques bancários e proibiu transferência para outros países. Isso criou um grande descontentamento popular fazendo com que La Rúa pedisse renúncia do cargo e aumentou a instabilidade política no país. Essa desvalorização acabou favorecendo a exportação Argentina em relação ao Mercosul, mas Cavallo criticava a TEC e aumentava tarifas comerciais com o Brasil. Há também com essa crise a preferência por produtos nacionais, visto que os produtos de outros países do Mercosul ficaram mais caros e favoreceram a indústria argentina (Santoro, 2019).

Essas crises resultaram em mudanças no relacionamento dos Estados nacionais frente a um processo de integração regional. Esse foi um período de pouca aproximação entre os países e muitos desacordos. É possível afirmar que houve uma estagnação no processo de integração visto que a intenção principal era tentar recuperar as perdas causadas pelas crises econômicas a partir de adoção de medidas que buscavam compensar essas perdas por parte dos Estados com maior dimensão econômica e iam contra a lógica de um mercado comum. Isso também mostra como essa região está interligada tanto no setor econômico quanto no político paradoxalmente

reforçando a necessidade de integração para ter maior previsibilidade e controle sob esses processos.

1.4 POR QUE O INTERGOVERNAMENTALISMO LIBERAL PARA AVALIAR O MERCOSUL?

Ao se analisar o Mercosul é importante entender com base em suas características descritas acima que a teoria do intergovernamentalismo liberal está presente em quase todos os aspectos. Moravcsik (1993) entendia e assimilava em sua teoria o jogo de dois níveis de Putnam (1998), no qual em âmbito de esfera no nível nacional os grupos de interesse domésticos pressionam o governo por políticas que os beneficiam e para se manter no poder os políticos assim o fazem. No âmbito internacional eles buscam trazer essas demandas domésticas para mesa de negociação e tentam conseguir o máximo possível tendo que abrir mão do mínimo possível.

A partir disso é importante ver que desde sua criação, principalmente para o Brasil e para a Argentina, o Mercosul foi idealizado como um instrumento para conquistar interesses nacionais dos Estados. Tanto no nível internacional como no nacional, o bloco serviu para amenizar as pressões, no caso do Brasil esse bloco em nível nacional aliviava as demandas das indústrias nacionais, que com a abertura comercial não conseguiam competir com as empresas dos países mais ricos, logo começou a escoar seus produtos manufaturados para os países do bloco e graças a TEC conseguiu competir com os produtos de fora do Mercosul (Mercosul, 2024b).

No intergovernamentalismo liberal também é destacado o papel dos chefes de Estados para que a integração aconteça. Principalmente nesse nível de barganha doméstico e internacional o líder tem uma função muito importante e em um contexto de redemocratização dos países do Cone Sul, a diplomacia presidencial fez um grande sucesso, além de que esses presidentes também moldaram estrutura do bloco ao se recusarem ceder uma parte maior de sua soberania e deixando o bloco à mercê das vontades deles (Malamud, 2003). Ao contrário de outros processos de integração, o Mercosul tem pouca divisão de poder dentro da instituição. O maior peso para tomada de decisão fica concentrada nos maiores membros, Brasil e Argentina, que possuem uma maior influência política e econômica, isso acaba deixando os outros países do bloco mais sufocados e influenciados nesses processos.

Ao perceber que o bloco está altamente ligado a figura dos presidentes é preciso entender que eles são os principais motores da integração, ou seja, o Mercosul depende do bom

relacionamento entre esses atores. Há momentos de maior coesão entre esses Estados e outros de maior fragmentação, isso dificulta o bloco seguir avançando nos temas de integração e em certos momentos acaba estagnando esse processo, a falta de participação popular dentro dele também intensifica essa dependência no líder do Estado e diminui a credibilidade democrática das ações do bloco (Cachiolo, 2017). O caso da adesão da Venezuela e da Bolívia, estudados anteriormente, ilustram essa questão.

Esses aspectos são mais visíveis no âmbito do CMC, no qual o Estado é o principal ator e demonstra que a instituição é fraca por si só sem esses presidentes. Dentro desse órgão supremo como visto acima os presidentes detêm o poder de decidir qual o caminho seguido pelo bloco pela formulação de políticas e o consenso para aprovação de políticas comuns entre esses países demonstra a dependência no relacionamento e vontade de cooperar, além de estar de acordo com os interesses nacionais de cada Estado. Além disso, por se tratar do órgão supremo do Mercosul havia a perspectiva de que suas decisões fossem impositivas, mas na realidade elas devem passar pelas instituições interna dos países membros. Isso faz com que os Estados preservem sua soberania, mas acaba por atrasar o processo que fica sujeito às elites políticas nacionais.

2 AS PRESIDÊNCIAS PRO TEMPORE DE 2020 A 2022: AS DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS DIANTE DE CENÁRIOS COMPLEXOS

Este capítulo está dividido em três seções. Na primeira, serão brevemente estudadas as condições e mudanças políticas que ocorreram nos quatro membros do Mercosul analisados neste trabalho durante a segunda década do século XXI. Na segunda seção, serão estudados especificamente aspectos internos e externos dos governos de Mario Benítez, no Paraguai, Jair Bolsonaro, no Brasil, Alberto Fernández, na Argentina, e Lacalle Pou, no Uruguai. Cada um deles tinha uma perspectiva sobre as relações regionais, que acabou impactando na forma como seus países atuaram no Mercosul. Já na terceira seção, serão analisadas as presidências rotativas do Mercosul, ocupadas pelos governos acima indicados, entre 2020 e 2022, para que se possa compreender como as leituras dos presidentes impactaram nos trabalhos do bloco.

Conforme visto no capítulo anterior, o intergovernamentalismo liberal tem como autor principal Moravcsik (1993), que apresentou três variáveis para analisar o processo de tomada de decisão nos blocos ancorados nessa linha: 1) política de preferências; 2) barganha entre Estados; e, 3) delegação institucional. Conforme será discutido nesse capítulo, os presidentes dos Estados-membros, nas presidências *pro tempore* do bloco, ditam agendas, mas o Mercosul já tem uma longa história de políticas e burocracias institucionalizadas. Ou seja, as preferências presidenciais são importantes, mas a barganha entre os Estados continua fundamental; por fim, a delegação institucional reforça o bloco, mesmo que amparado no intergovernamentalismo liberal, pois há a larga burocracia internalizadas.

A partir disso será visto que o bloco trabalha voltado em torno das presidências nacionais e estão sujeitas à suas demandas. Lembrando que o Mercosul possui assimetrias entre os Estados membros e que esses agentes buscam os maiores ganhos, é analisado que suas ações à frente do Mercosul tentavam sanar demandas internas ao invés de priorizar propriamente o processo de integração, remetendo a teoria do intergovernamentalismo liberal.

2.1 OS GOVERNOS MERCOSULINOS NA VIRADA DA DÉCADA DE 2010

No início da década de 2010, a presidente Dilma Rousseff (2011-2016) do Partido dos Trabalhadores (PT) sobe ao poder como uma sucessora de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil. Ela tentou manter a política externa semelhante às mesmas linhas de Lula, mas não tinha o mesmo interesse pessoal na pasta e não praticava a diplomacia presidencial, preferindo deixar

que o ministro Antônio Patriota cuidasse desses assuntos, mantinham o Mercosul como prioridade e a Argentina como principal parceiro regional (Doratioto; Vidigal, 2021).

Durante seus governos foram tomadas algumas ações que acabaram ajudando a visão de deterioração política da Dilma e o início da polarização política no país. O caso que mais se aparece é o estreitamento político ente Brasil e Venezuela, no qual havia uma ideologia comum entre Dilma, Hugo Chávez e posteriormente com Nicolás Maduro, resultando na suspensão do Paraguai do Mercosul sobre o pretexto de quebra democrática com o *impeachment* de Lugo e conseguindo inserir a Venezuela no bloco. Isso ficou malvisto na sociedade internacional e mostrou que o Mercosul prezava mais para os interesses nacionais, principalmente do Brasil, que é o maior país do bloco em termos econômicos e políticos, do que para a construção de uma instituição forte e coerente entre os membros (Doratioto; Vidigal, 2021).

Com a queda de Dilma, seu vice-presidente Michel Temer (2016-2018), do Partido Democrático Brasileiro (MDB), assumiu a presidência do Brasil. Em parte do mandato teve José Serra como Ministro da Relações Exteriores e depois Aloysio Nunes ocupou a pasta. A mudança nesse governo foi mais perceptível pela instauração de políticas neoliberais e o afastamento do Mercosul, com exceção da Argentina, demonstrando indiferença pelo apoio do bloco em negociações. Serra entendia que o comércio era mais importante na agenda internacional e utilizou o Itamaraty como meio para conseguir aumentar o comércio brasileiro com o mundo. Já na gestão de Nunes, o principal ponto que remete ao Mercosul é a tentativa de isolar a Venezuela do bloco por conta da crise política e econômica que aconteceu com a morte de Hugo Chavez e seus possíveis desdobramentos para o processo de integração (Doratioto; Vidigal, 2021). Portanto, a questão ideológica e comercial tinha grande peso na PE brasileira e no âmbito doméstico era visto pela polarização nacional que influenciou a política da época e seus desdobramentos que serão vistos posteriormente.

Na Argentina, Cristina Kirchner (2007-2015), do Partido Justicialista (PJ), buscava uma aproximação com a América Latina. A presidente da Argentina buscava mais diálogo regional e cooperação, visando não só o Mercosul como também o G20⁵, tentando se mostrar como uma interlocutora regional. Sua visão era que o bloco regional que estava inserida tinha importância para escoamento dos produtos manufaturados e era essencial para a economia argentina, mas começava a perder a importância para o G20 e a UNASUL⁶ que seriam os meios mais adequados para se fazer a inserção internacional e regional (Zelicovich, 2011).

⁵ Grupo dos 20 países com maior economia no mundo, compondo cerca de 80% da economia mundial.

⁶ A União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) é uma organização com um tratado constituinte que reúne alguns países da América do Sul para cooperar em diversos setores, entre eles o econômico e político.

O sucessor de Kirchner, Mauricio Macri (2015-2019), do partido “*Cambiamos*” (Mudemos), foi eleito presidente em 2015 e marcou o fim das vitórias da esquerda na Argentina. Assim como aconteceu no Brasil, Macri identificava o Ocidente como prioridade e tentava uma maior aproximação com os Estados Unidos e a Europa e apoiou a gestão de Michel Temer no Brasil pela ideologia comum; também buscou acelerar o acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia. Durante seu governo não houve simpatia com a Venezuela e inclusive se opôs à presidência da Venezuela no Mercosul, alegando incongruências com a cláusula de direitos humanos e democracia criando uma crise institucional dentro do bloco, criticando também a TEC e a necessidade da mesma ser mais flexível (Busso; Zeliovich, 2016).

No Uruguai, José Mujica (2010-2015), do partido Frente Ampla, chegou ao poder em 2010 como um candidato de esquerda e defensor da integração regional. Em um período de estagnação e de incertezas dentro do bloco, Mujica tentava diminuir as assimetrias dentro da instituição, como o fortalecimento do FOCEM em projetos de infraestrutura e a redução de barreiras internas no Mercosul, e propor acordos com outros blocos, tentando substituir o Mercosul como um bloco internacional para um bloco supranacional. Na época também buscou agilizar a entrada da Venezuela no Mercosul, que ao seu ver diminuiria as assimetrias dentro do bloco. Ao tentar agilizar a adesão venezuelana propôs um meio no qual tiraria o poder do parlamento nacional de cada país, o que não agradou ao Paraguai e deixou marcas na relação dos dois países (Batalla, 2013).

Buscou também uma integração bilateral para tentar diminuir as assimetrias com o Brasil e com a Argentina, mas houve maiores frutos com o Brasil na ratificação de um tratado de livre circulação de pessoas, bens e serviços enquanto com a Argentina a diferença ideológica e de postura com a Venezuela em relação a Macri não abriu muito espaço para o estreitamento das relações (Batalla, 2015).

Após o governo de Mujica, Tabaré Vázquez (2015-2020) ganhou as eleições uruguaias pelo mesmo partido que o antecessor, mas com uma postura um pouco diferente em relação ao Mercosul. Ele entendia que o bloco precisava de uma reforma de ideais e dos pactos firmados entre os países membros a partir de interesses comuns, e propôs melhorias no Focem para que tivesse maior eficácia em diminuir as assimetrias entre os Estados. Defendeu o avanço das negociações do acordo entre Mercosul e UE juntamente com a necessidade de agilizar o processo de adesão da Bolívia (Argentina, 2024).

No Paraguai, no início dos anos de 2010, o presidente era Fernando Lugo (2007-2012), eleito pela coligação de esquerda Aliança Patriótica, rompendo o ciclo de presidentes paraguaios de direita, mas ainda tinha apoio pelo partido de direita, o Partido Colorado. Em

relação à vizinhança, Lugo conseguiu avançar no tema de cooperação energética com o Brasil devido a sua afinidade com o governo de Dilma Rousseff com a reforma das tarifas de energia na hidroelétrica de Itaipú. No âmbito do Mercosul, Lugo teve uma aproximação com a Venezuela e defendia sua entrada no bloco, mas o Senado paraguaio que tinha maioria de partido de direita, ainda tinha receio com o país sul-americano e travava o ingresso desse país aumentando as desavenças internas. Logo no final de seu mandato, devido a diferenças políticas internas e a falta de cumprir suas promessas, sofreu um *impeachment* que foi duramente criticado pelos países sul-americanos e como consequência o Paraguai foi suspenso do bloco sobre suspeita de quebra da ordem democrática fazendo com que a Venezuela finalmente fosse aceita como membro (Ribeiro; Oliveira, 2018).

Após essa crise política interna, Frederico Franco (2012-2013) assumiu a presidência pelo Partido Liberal negando a suspensão do país no bloco, alegando que o senado do país não tinha ratificado o protocolo de Ushuaia e por isso não tinha validade o Paraguai ser suspenso sob essa alegação. Com isso identificou ilegítima a adesão da Venezuela ao bloco e buscou aliança com outros países, como resultado houve o estreitamento da relação entre o Paraguai e os Estados Unidos (Almeida; Santana, 2014). Por fim, as eleições paraguaias em 2013 elegeram Horácio Cartes (2013-2018) como presidente pelo Partido Colorado pondo um fim na suspensão do Paraguai dentro do processo de integração regional e ratificando a entrada na Venezuela dentro do bloco normalizando a situação do país, mas ainda com um olhar de desconfiança para os membros do Mercosul (Sant'Anna, 2017).

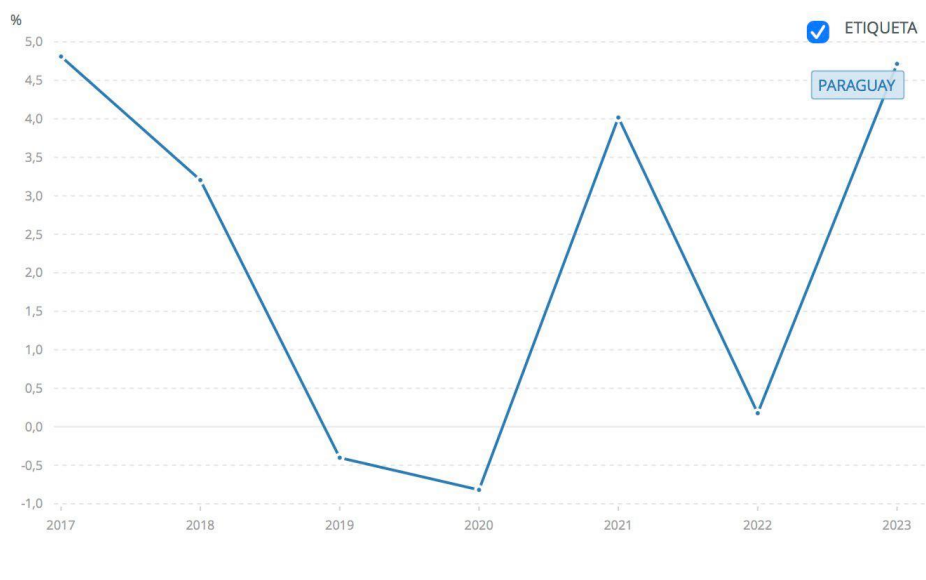
2.2 AS PRESIDÊNCIAS NOS PAÍSES-MEMBROS ENTRE 2020 E 2022

Nessa seção serão analisados os aspectos internos e externo dentro dos países membros do Mercosul durante as presidências de Jair Bolsonaro no Brasil, Mario Benitez no Paraguai, Alberto Fernández na Argentina e Luis Lacalle Pou no Uruguai. Esses governos ajudam a compreender como o Mercosul era visto e como a leitura desses governantes influenciou nas atividades e efetividades de ação do bloco, tendo em vista que o processo de integração do Cone Sul está altamente ligado com as ações ou falta delas por parte dos presidentes e suas conjunturas internas. Sendo isso demonstrado por meio de uma análise doméstica e externa desses países.

2.2.1 Mario Benítez no Paraguai

Inicialmente é importante entender o Paraguai no governo de Mario Benítez (2018-2023) em sua esfera interna para uma melhor compreensão de seus desdobramentos externos (Brun, 2020). Com isso, para enxergar o panorama econômico paraguaio na época a figura 2 mostra o Produto Interno Bruto (PIB) do país, que teve uma queda significativa, com a maior baixa no ano de 2020 acompanhando a tendência de recessão mundial por conta da pandemia da Covid-19. Isso significou uma queda na produção de bens e serviços no país. Ainda nesse período, houve um crescimento da dívida pública que bateu recordes durante toda a administração de Benítez, visto na figura 3, que chegou ao final do seu mandato valendo quase 35% do PIB nacional, e a inflação aumentando cada vez mais. Ou seja, nesse período a economia paraguaia passou por um período turbulento, quando a produção de riquezas do país diminuiu e as contas públicas amentaram, levando a uma recessão econômica que marcou profundamente as relações exteriores do país em buscar novos mercados para exportar seus produtos.

Figura 2 - PIB do Paraguai entre (2017-2023)



Fonte: Banco Mundial, 2024.

Figura 3 - Dívida pública do Paraguai em milhões de US\$



Fonte: Ministério da Fazenda do Paraguai (MF), 2024.

Isso ficou ainda mais intenso com a crise política acarretada pelas renegociações das taxas de energia vinda da usina de Itaipu entre Benítez e Bolsonaro. Foi caracterizado como um acordo secreto no qual Mario Benítez saiu como um traidor da pátria Paraguai e resultou na saída o Ministro de Relações exteriores do Paraguai. No acordo de 1973 era previsto que as partes dividiriam a energia da usina entre 50% para cada e o que não fosse utilizado poderia ser vendido com a preferência ao Brasil, mas o Paraguai utiliza apenas 15% da energia produzida em Itaipu e o restante é vendido. Porém, no governo Bolsonaro era entendido que o Brasil comprava energia da usina mesmo não precisando, gerando um excedente (Schreiber, 2019).

O problema na visão brasileira é que o Paraguai saia mais beneficiado do tratado de Itaipu por conta das assimetrias. O principal ponto que o Paraguai tentou renegociar é o anexo C do tratado de Itaipu no qual se estabelece as divisões de lucro e divisão da energia em que o país que consome menos queria ter mais independência em relação a energia não utilizada, buscando vender para outros países e colocar no mercado internacional (Campos; Verdélio, 2019). Há também outro problema no qual o consumo de energia pelo Paraguai é pequeno, mas ainda tem que pagar pela potência contratada, ou seja, a energia que o país comprou mesmo que não tenha utilizado tudo, e com base nisso os gastos da usina são calculados e divididos o que faz com que o Paraguai pague mais mesmo sem ter utilizado o que comprou.

Porém, nesse mesmo tratado era previsto que o Paraguai aumentasse a contratação de potência mesmo que ele não utilizasse, criando compromissos para a energia ser consumida e paga. Na visão brasileira isso era um reajuste para o Brasil que arcava com os maiores custos da hidroelétrica e para continuar comprando energia mais barata do Paraguai (Campos; Verdélio, 2019). Enquanto a visão Paraguai entendia que isso gerava um aumento de preço de energia e beneficiava só o Brasil mantendo as assimetrias (Schreiber, 2019). Isso resultou na saída do Paraguai do acordo de renegociação em 2019 e gerou uma forte crise política doméstica.

Logo ao analisar esses dados que aconteceram durante o governo de Mario Benitez fica mais fácil entender como o Mercosul operou durante esse período. Demonstrando que não foi uma tarefa fácil para o bloco seguir com suas agendas em meio a esses fatores políticos e econômicos que aconteceram no Paraguai e em outros países do bloco.

2.2.2 Bolsonaro no Brasil

No Brasil o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), filiado ao Partido Social Liberal (PSL), chegou ao poder tendo uma visão diferente para o Mercosul. Ao estar afrente do cargo de presidente em 2019 por meio das instabilidades do governo anterior, principalmente ao governo de Dilma Rousseff, e uma forte polarização do país em relação aos escândalos de corrupção do PT, buscou uma nova política econômica sendo essa mais liberal (Costa, 2019).

Paulo Guedes foi nomeado como Ministro da Economia sob o viés neoliberal, adotando medidas populares na década de 1990, visando minimizar a ação do Estado na economia e privatizar empresas estatais. Internamente procurou adotar medidas keynesianas, ou seja, a participação do Estado dentro do setor econômico deveria ser feito apenas em momentos de crises tendo em vista que o mercado se auto regularizava (Araújo, 2023). O Ministro, juntamente com o Presidente, entendia que muitos dos gastos públicos estavam associados com a participação administrativa do Estado em espaços que poderiam ser do setor privado, criando um plano para privatizar empresas estatais que julgavam como inúteis, assim privatizaram a BR Distribuidora e Liquigás, alguns campos de petróleo da Petrobras, Transportadora Associada de Gás (TAG), além de encerrar com as atividades da Companhia Docas do Maranhão (Codomar) e a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais (Casemg) (Martendal, 2022).

Em seu segundo ano de mandato, Bolsonaro não contava com a pandemia da Covid-19, que gerou uma crise mundial e afetou não só o comercio internacional como também a política

interna e externa dos países. O resultado do PIB de 2019 do Brasil mostrava um leve crescimento de 1,4%, enquanto em 2020 houve um retrocesso de -4,1%, no qual o setor de indústrias e serviços foram os mais prejudicados como visto na figura 4 abaixo (Araújo, 2023).

Figura 4 - Resultado do PIB de 2020

Crescimento acum. 4 trimestres	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
PIB	0.5	-3.5	-3.3	1.3	1.8	1.4	-4.1
Oferta							
Agropecuária	2.8	3.3	-5.2	14.2	1.3	0.6	2.0
Indústria	-1.5	-5.8	-4.6	-0.5	0.7	0.4	-3.5
Serviços	1.0	-2.7	-2.2	0.8	2.1	1.7	-4.5
Demanda							
Consumo das Famílias	2.3	-3.2	-3.8	2.0	2.4	2.2	-5.5
Consumo do Governo	0.8	-1.4	0.2	-0.7	0.8	-0.4	-4.7
FBCF	-4.2	-13.9	-12.1	-2.6	5.2	3.4	-0.8
Exportação	-1.6	6.8	0.9	4.9	4.1	-2.4	-1.8
Importação (-)	-2.3	-14.2	-10.3	6.7	7.7	1.1	-10.0

Fonte: Brasil, 2021a

Nesse mesmo ano, diversas autoridades locais dentro do Brasil declaravam políticas sanitárias para contenção do vírus, no qual incluíam o isolamento social, sendo que o país chegou a ser um dos mais contaminados do mundo. Isso não foi visto por bons olhos pelo Bolsonaro que criticou essas políticas sob o pretexto de que prejudicaria a economia do país, mas ao mesmo tempo aprovou medidas que colocavam gastos públicos em alguns setores fora da conta do teto de gasto sendo esses chamados de orçamento de guerra (Araújo, 2023).

No âmbito das políticas externas desse governo, alguns autores apontam que havia uma luta entre o pragmatismo e a ideologia, sendo a manutenção das coerências com as políticas externas brasileiras e a vontade e visão pessoal que o presidente tinha. Um dos principais pontos que tange a América do Sul foi a sua relação com a Venezuela. Ernesto Araújo era Ministro da Relações Exteriores que buscava maiores laços com o Ocidente, principalmente com Donald Trump, seguiu a lógica estadunidense e reconheceu Juan Guaidó como presidente da Venezuela sem excluir a ideia de uma intervenção dos EUA apoiada pelo Brasil no país. Isso gerou uma crise política entre o Brasil e a Venezuela, abalando as relações entre os dois países (Saraiva; Silva, 2019).

Com relação a Argentina, o governo Bolsonaro apoiou o candidato Mauricio Macri ao invés do presidente eleito posteriormente Alberto Fernández nas eleições de 2019. O governo brasileiro na época acreditava que o governo de Fernández poderia ser uma “outra Venezuela” dentro do bloco e fez comentários de cunho pejorativo ao filho do candidato argentino. Com a

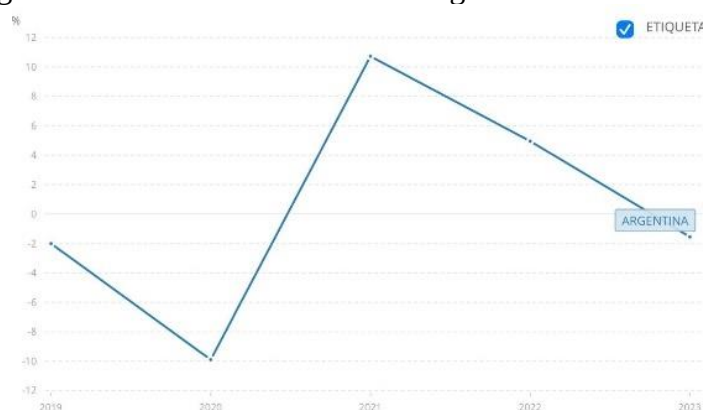
posse de Fernández na presidência, houve trocas de insultos como a defesa da inocência de Lula pelo novo governo argentino, ao qual era visto como traidor da pátria por Bolsonaro, com isso, o Vice-Presidente brasileiro Hamilton Mourão entrou no meio das desavenças para assegurar que o Brasil continuaria seguindo com os acordos e a parceria estratégica em relação a Argentina (Saraiva; Silva, 2019). Assim, é importante lembrar que o Brasil e a Argentina são os maiores países do Mercosul e com o desgaste dessa relação o processo de integração pareceu entrar em um período de estagnação (Scherer, 2022).

2.2.3 Alberto Fernández na Argentina

Posterior ao governo de Macri, Alberto Fernández filiado ao PJ ganha as eleições de 2019 no final do ano em um ambiente econômico desfavorável. A principal medida econômica tomada pelo novo governo foi a Lei de Restauração e Sustentabilidade da Dívida Pública Externa em 2020, que tinha como principal objetivo renegociação da dívida externa e a reestruturação das obrigações financeiras do país tentando estabilizar a economia e evitar um possível calote aos credores internacionais (Argentina, 2020).

No mesmo ano, com a chegada da pandemia e o alastramento da doença em solo argentino, Fernández se viu obrigado a impor medidas fitossanitárias que acabaram por desacelerar o crescimento econômico. O isolamento social foi sustentado pelo Ingresso Familiar de Emergência (IFE) com o pagamento de 10 mil pesos argentinos para trabalhadores informais e famílias de baixa renda, evitando o aumento da taxa de pobreza interna, também congelou tarifas de alguns setores como o da internet e criou um fundo especial para beneficiar as micros e medias empresas do país (Kaplan; Delfino, 2021). Assim essas medidas tiveram sucesso em controlar os aspectos econômicos internos do país por um período e possibilitou um aumento do PIB do país em relação a sua posição antes da pandemia como visto na figura 5 abaixo.

Figura 5 – Crescimento do PIB da Argentina entre 2019-2023



Fonte: Banco Mundial, 2024.

Ainda assim, a inflação era um problema no país que se mostrou maior no governo de Alberto Fernández do que nos de Cristina Kirchner e Macri. Um dos fatores que causou esse aumento foi o congelamento de preços e de tarifas em alguns produtos, levando a taxa de inflação a alcançar 93% no final de 2021 (Serrichio, 2021).

As relações com o Brasil durante o governo Fernández na Argentina e Bolsonaro no Brasil ficaram frias e pontuais. Principalmente durante as eleições e após a vitória de Fernández, Bolsonaro que apoiava Macri disse que o povo argentino “escolheu mal” e as relações ficaram estagnadas a partir disso, tendo também o primeiro encontro dos dois chefes de Estado sendo no ano de 2020 e a falta do Presidente brasileiro na cerimônia de posse de Fernández. Alguns temas pontuais de interesse mútuo ainda ficaram na agenda da Argentina como o apoio do Brasil nas negociações da dívida em relação ao Fundo Monetário Internacional (FMI), que era um tema de extrema importância e sensibilidade para os argentinos (Poder360, 2021)

2.2.4 Lacalle Pou no Uruguai

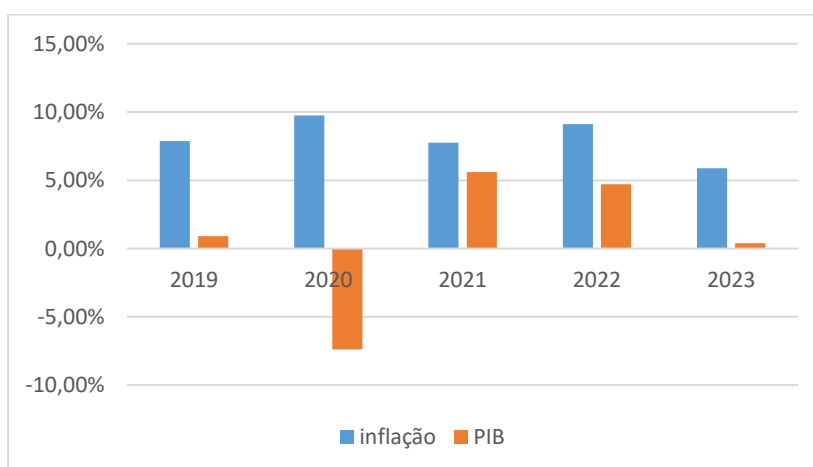
Nas eleições de 2019 dentro do Uruguai venceu Luis Alberto Lacalle Pou (2020-2025) do Partido Nacional para presidente, quebrando tendência dos últimos três governos eleitos de esquerda, e tomou posse em 2020. Seu governo é considerado de centro direita dentro do espectro político e teve início durante a pandemia, nela o liberal apostou em uma liberdade responsável para enfrentar essa onda de disseminação da Covid 19 pedindo para as pessoas ficarem em casa, mas sem a obrigatoriedade do isolamento social. Os casos de doentes aumentaram quase colapsando o sistema de saúde nacional, mas apostou na vacina e a criação

do Grupo Consultivo Científico Honorário (GACH) para conciliar as demandas da população com a realidade dentro do país (Efe, 2022).

Logo também em seus primeiros meses de governo, Lacalle Pou, buscou a aprovação da Lei de Urgente Consideração (LUC) que tem em torno de 500 artigos no texto original. A LUC abordava diversos temas como a privatização e aumento da punição legal, seu caráter de urgência está previsto na constituição uruguaia em momentos de crise, mas na realidade muitos opositores ao governo e cientistas políticos consideravam essa lei como inconstitucional. Um dos motivos para isso foi que o país não estava em momento de crise e ao utilizar o termo urgência poderia perder a essência da palavra, além da LUC ser mais um projeto e reforma do governo e abordar diferentes temas ao invés de um ponto objetivo (Fernández, 2021). Outro ponto expresso dentro da LUC era o aumento da sentença e da força policial, ilegalizando os protestos que restringiam a livre circulação de pessoas, bens e serviços, aumentando também a coleta de dados dos uruguaios trazendo lembranças da ditadura no país (Camaño, 2022).

No tangente a economia e principalmente aos gastos públicos a LUC buscava controlar o déficit das contas públicas. Durante a pandemia, a economia uruguaia, assim como a do mundo, sofreu uma recessão afetando diretamente na queda do PIB nacional e o aumento da inflação demonstrando pela figura 6. O ano de 2020 foi o pior ano com alta da inflação de 9,75% e a maior baixa do PIB com -7,40% durante o período estudado, mas posteriormente foi melhorando à medida que os efeitos da pandemia foram passando e a vacinação da população aumentou como mostra a figura 6.

Figura 6 – PIB e a Inflação no Uruguai entre 2019-2023



Fonte: elaborado pelos autores com dados do Banco Mundial (2024)

A partir disso, é possível entender que as relações do Uruguai com o mundo trataram de ser impulsionadas pelo comércio para compensar a recessão. Com isso, adotou uma postura crítica em relação ao Mercosul por conta de a TEC estar atrapalhando acordos bilaterais com a China (El país, 2024). Lacalle Pou negociou acordo de livre comércio com a China, para exportação de seus bens agrícolas em troca de tecnologia chinesa, mas para isso é preciso a aprovação do bloco por essa negociação esbarrar em assuntos tarifários que implicam diretamente na TEC (Mercopress, 2023). A partir desse acordo que beneficiaria apenas o Uruguai, na visão de Pou o Mercosul deveria ser mais flexível e não deveria impedir o país de buscar outros parceiros comerciais, acusando o bloco de ser protecionista e vendo que há uma dificuldade de um acordo com o bloco e a China por conta de o Paraguai reconhecer Taiwan como um país. Porém, esse acordo bilateral se ratificado poderia resultar na expulsão do Uruguai do Mercosul, além de já ter abalado as relações do país com a Argentina numa troca de insultos em que Pou identificou o bloco como um peso para o país e a Argentina ter sugerido que o Uruguai saísse do bloco (CNN, 2021).

Logo ao compreender melhor as diferenças internas dentro dos países do bloco durante o período analisado, é possível ver os motivos pelas quais algumas atitudes foram tomadas ou deixaram de ser tomadas. Principalmente em um período conturbado na região pela pandemia que afetou os países do bloco, demonstrando a fragilidade do comércio não só regional, mas também global e suas implicações diretas dentro do funcionamento do Mercosul.

2.3 AS PRESIDÊNCIAS ROTATIVAS NO MERCOSUL ENTRE 2020 E 2022

A partir da contextualização dos países membros do Mercosul na seção acima, tendo em vista os aspectos econômicos e sociais do período analisado, é necessário compreender o funcionamento do bloco neste mesmo tempo. Conforme já visto, na estrutura do Mercosul, a posição suprema é a presidência rotativa ou comumente chamada de Presidência *Pro Tempore* (PPT), que é ocupada pelos chefes de Estado dos países membros em ordem alfabética e tem duração de seis meses, no qual está inserido dentro do CMC. O país tem a responsabilidade de definir os temas prioritários no bloco e estabelecer as agendas e reuniões, possibilitando o país estar em posição de liderança dentro do principal bloco sul-americano e fortalece os meios para cumprir com interesses comuns e nacionais (Mercosul, 1994). O objetivo desta seção é resgatar as principais discussões acontecidas no bloco durante as presidências indicadas abaixo, especialmente a partir das declarações e percepções dos presidentes estudados acima.

Quadro 5 – Presidências Pro Tempore do Mercosul de 2020 a 2022

5 de dezembro de 2019 a 2 de julho de 2020	Paraguai
2 de julho de 2020 a 16 de dezembro de 2020	Uruguai
16 de dezembro de 2020 a 8 de julho de 2021	Argentina
8 de julho de 2021 a 17 de dezembro de 2021	Brasil
17 de dezembro de 2021 a 21 de julho de 2022	Paraguai
21 de julho de 2022 a 6 de dezembro de 2022	Uruguai

Fonte: elaborado pelos autores

2.3.1 A presidência paraguaia de dezembro de 2019 a julho de 2020

Durante o final de 2019 e o primeiro semestre de 2020, Mario Benítez assume a PPT do Paraguai (PPTP) do Mercosul buscando ainda mais integração. Benítez partiu do ponto de vista que o bloco era o principal meio para conquistar seus objetivos e aliviar a demanda interna. Em seu discurso trazia a democracia como foco para transcender as ideologias e se comprometeu em dar preferência para fortalecer o FOCEM, o comércio eletrônico e as pequenas e médias empresas dos países membros (IP, 2019).

Na realidade, esse período acabou marcado pela pandemia na região e o foco no Mercosul ficou em segundo plano. A maioria dos representantes do executivo dos países membros se voltou para o setor doméstico para conter a disseminação da Covid-19 como o aumento do fundo do FOCEM, compartilhamento das informações sobre medidas sanitárias e comerciais incluindo o comércio digital (Mercosul, 2020a). Ainda sobre a pandemia, houve medidas dos presidentes abordando a repatriação dos cidadãos em território do bloco com o compartilhamento de medidas tomadas em região de fronteira e a eliminação de bloqueios para o comércio intra-Mercosul (Mercosul, 2020b).

Ademais, durante esse período a Argentina decidiu se retirar das agendas de negociações do bloco alegando sua prioridade em conter as crises da pandemia. Porém, na realidade isso não afetou as negociações tanto com a UE quanto com outros parceiros econômicos do Mercosul, já que, aceitou concordar com os resultados obtidos pelo bloco (Uruguai, 2020). Além disso, a PPTP buscou avançar em outras negociações como a Aliança do Pacífico em implementar o “Plano de ação de *Puerto Vallarta*”, visando aumentar o comércio na região entre os principais blocos econômicos da América Latina. Vale ressaltar que a Aliança do Pacífico é um bloco regional relativamente novo, fundado em 2011 e conta com a presença do Chile, Colômbia,

México e Peru, com objetivos e instituições semelhantes ao Mercosul (Aliança do Pacífico, 2023). E nesse mesmo âmbito, o plano de ação de Puerto Vallarta é um acordo entre os países do bloco sul americano e do pacífico de aumentar o fluxo de comércio entre seus territórios e avançar no processo de integração regional (Uruguai, 2018).

Logo, visto que a maioria dos esforços se mantiveram nas questões sobre a pandemia, ficando mais explícito pela saída da Argentina das negociações do bloco. Sendo assim, é perceptível que o período teve menos ações de integração quando comparado a períodos posteriores à pandemia, levando em consideração as divergências ideológicas e políticas entre os Estados membros, visto que a Argentina era o único país de esquerda dentro do bloco. Ainda assim, cumpriu com seu discurso tanto na questão do FOCEM, quanto na questão de avanços em comércio eletrônico.

2.3.2 A presidência do Uruguai no segundo semestre de 2020

A partir de 2 de julho de 2020 até 16 de dezembro do mesmo ano, Luis Lacalle Pou assumiu a PPT do bloco dando ênfase em ratificar o acordo do Mercosul com a União Europeia. A partir de seu discurso de posse para a PPT, Lacalle acreditava que o bloco deveria ser “mercorrealista”, no sentido de ser mais flexível para se adequar às necessidades dos Estados membros. A reunião também foi marcada pelo presidente uruguaio atacar o protecionismo das economias maiores do bloco, ou seja, Brasil e Argentina, dando a entender que buscava a renegociação da TEC para obter um bloco voltado para necessidades das economias nacionais (Infobae, 2020).

Durante a Presidência Pro Tempore do Uruguai (PPTU), foram feitos avanços para a ratificação do Acordo sobre Comércio Eletrônico do Mercosul e o Sistema de Administração e Controle de Cotas de Importação do Mercosul (SACIM), que previne desequilíbrios a partir da disponibilidade da quantidade de produtos importados dentro de cotas específicas, evitando que as importações ultrapassem os volumes acordados e facilitando a transparência do comércio intrabloco (Mercosul, 2020c).

Ainda na gestão do Uruguai, Lacalle Pou buscou estreitar os laços com a UE e a China, com o objetivo por parte em concluir o tratado com a primeira e de aumentar o comércio com a segunda (Sputnik, 2020). A relação do Uruguai com seu parceiro asiático poderia ter outro objetivo por trás da tentativa de aproximação do Mercosul com a China, principalmente com as negociações de acordo de livre comércio entre os dois países, na qual o Uruguai exportaria bens agrícolas para o gigante na Ásia e de retorno receberia investimento em tecnologia, mas essa

aproximação entre os dois havia sido travado pelo bloco. Principalmente pelo Brasil e Argentina que acreditavam que isso poderia enfraquecer o bloco por medo de que esse acordo criasse empecilhos futuros nas negociações conjuntas.

No âmbito do CCM foi criado um comitê *ad hoc* para o controle do cotas do Mercosul, com o principal objetivo de elaborar um mecanismo de controle de cotas de importação. Ainda assim, continuou com o processo de revisão da TEC com intenção de abaixar as tarifas, mas nenhum acordo foi firmado (Mercosul, 2020d)

Portanto, durante a PPTU, além das questões regularmente tratadas pelo bloco, como a aprovação do orçamento do FOCEM, pouco foi feito para cumprir o discurso de Lacalle Pou. Principalmente em um dos principais pontos que tange do discurso do Uruguai, que é a flexibilização de tarifas, um tópico sensível dentro do bloco no qual demandaria mais tempo, mas devido ao período de pandemia houve uma redução de taxas e impostos interno para a importação de produtos de saúde (Mercosul, 2020d).

2.3.3 A Presidência da Argentina do primeiro semestre de 2021

No primeiro semestre de 2021, o presidente Alberto Fernández assumiu a PPT da Argentina (PPTA) do Mercosul. Em seu discurso de posse, apesar das divergências ideológicas, agradeceu Pou por seguir com a agenda do bloco em um período de crise pandêmica, reiterando que é preciso a cooperação entre os países para uma integração regional bem-sucedida. Em suas palavras, entendia que era necessário um bloco “mais e melhor”, no sentido de aprofundar a cooperação e buscar um desenvolvimento sustentável, deixando explícito o interesse em temas de preservação ambiental e baixas emissões de carbono (Argentina, 2021).

Durante esse período da PPTA, na primeira reunião no âmbito do CMC sobre a presidência da Argentina, foi discutido flexibilizações para a TEC com propostas da Argentina e do Brasil para serem analisadas. O Uruguai fez uma proposta para a flexibilização da TEC tentando diminuir as tarifas e pedindo para que permitissem que os países membros pudessem negociar acordos comerciais individualmente (Mercosul, 2021a).

Ademais, sob o mandato PPTA houve a ratificação do acordo sobre comércio eletrônico, que estava sendo tratado nas presidências passadas. Esse acordo busca a criação de uma estrutura digital para promoção de comércio, principalmente em *marketplaces*, e regulamentar este setor entre os países do bloco facilitando as transações econômicas intra-Mercosul. Isso também serviu como complemento para a iniciativa do bloco “Mercosul Digital”, que surgiu em 2019 para promoção da integração digital (Mercosul, 2021b). Esses eventos refletem os

desafios enfrentados pelo Mercosul durante a presidência de Alberto Fernández, marcados por debates sobre a flexibilização das regras do bloco e a busca por um equilíbrio entre a integração regional e a autonomia dos países membros.

No tangente ao crescimento sustentável e à preservação ambiental, um dos temas que mais é discutido para a aprovação do tratado de livre comércio com a UE. A PPTA propôs a criação de um Observatório Ambiental do Mercosul, com o intuito de expor de forma mais eficiente e transparente as ações ambientais da região para preservação de área verde, ligado ao já existente Sistema de Informação Ambiental do Mercosul (SIAM). Avançou-se também nas negociações com o bloco europeu nas questões pendentes, resolvendo todas as questões tangentes ao setor de bens, serviços e gastos públicos (Mercosul, 2021c).

Em um dos eventos mais importantes da gestão Argentina sobre a presidência do Mercosul, na cúpula de comemoração dos 30 anos de existência do bloco o país ficou isolado. Durante a reunião de comemoração, Fernández se mostrou pouco aderente aos pedidos de revisão da TEC, indo contra a posição do Brasil, Paraguai e, principalmente, do Uruguai, acreditando que esse tema teria pouca efetividade em resolver as questões atuais do bloco (Colombo, 2021).

Por fim, com a cúpula dos 30 anos do Mercosul ficou mais perceptível que mesmo que os Estados busquem a cooperação, a questão ideológica ainda é um entrave para o bloco. A visão ideológica dos presidentes influencia em como são vistos os temas na agenda do bloco e sua prioridade, chamando a atenção para o único presidente de esquerda do bloco não concordar com a flexibilização das tarifas, e partindo do pressuposto da aprovação por consenso, acaba por enfraquecer as negociações sobre esse tema. Visto também que foi o único presidente durante o período apresentado que até o momento colocou temas ambientais em prioridade na pauta em sua gestão no bloco, sendo esse tema o motivo de atraso das negociações de um acordo entre Mercosul e UE.

2.3.4 A presidência do Brasil no segundo semestre de 2021

Com o fim do mandato argentino na PPT, Bolsonaro assumiu em 8 de julho o mandato brasileiro (PPTB), com ênfase na modernização do bloco e na integração das cadeias regionais e internacionais. Assim essa modernização seria pela redução das tarifas para deixar o bloco mais competitivo e atrativo para investimentos, e a possibilidade de negociações com parceiros externos de forma individual que era uma demanda do Uruguai também. Ainda reiterou a

necessidade de avançar nas negociações ainda pendentes, como o caso do acordo do Mercosul e UE que não se consolidou (Pedruzzi, 2021).

Além disso, tentou estender acordos de livre comércio com países asiáticos e alguns da América Central, mas como isso demanda tempo não conseguiu concluir esses acordos em sua gestão, também continuando diálogos sobre a rota bioceânica até o Chile para escoar os produtos mercosulinos para o Oceano Pacífico de forma mais rápida e eficiente. Logo, Bolsonaro continuou com os esforços para cumprir com as agendas do bloco para modernização e a adaptação para as demandas de comércio (Brasil, 2021b).

Durante a PPTB, Bolsonaro conseguiu chegar em consenso para a redução das tarifas do bloco graças à melhoria das relações com a Argentina. O único país que travava as negociações da redução de TEC acordou em reduzi-las em 10%, um valor menos ambicioso que o Ministro de Economia brasileiro, Paulo Guedes, desejava. O Brasil buscava uma redução de 50% da TEC, mas essa ideia não foi bem recebida pelas indústrias brasileiras, o que levou o país a tentar uma redução de 20%, que não agradou a Argentina. Além disso, não foram todos os setores que ficaram dentro desse ajuste, tendo alguns de grande importância para a indústria argentina como o de calçados e têxtil que ficaram de fora das negociações dessas novas tarifas (Coletta; Holanda; Resende, 2021).

Durante esse período vale ressaltar que o governo Bolsonaro não era apoiado pela UE e foi um dos fatores pelo qual pouco foi feito em relação ao acordo dessa entidade com o Mercosul. Uma das principais reclamações do bloco europeu já dita na seção acima são as questões ambientais e as práticas sustentáveis, questões nas quais o Bolsonaro tinha pouca atenção e acabou por estagnar mais ainda o acordo entre os blocos (Pinto, 2021).

Ainda na PPTB, as relações do Uruguai com o bloco ficaram frias ao sinalizar que estava levando o acordo com a China adiante. Indo contra a recomendação do bloco, principalmente a Argentina, que é considerada uma das mais protecionistas, Pou informou que iria avançar nas negociações de um acordo de livre-comércio entre o país e a China, deixando de fora seus parceiros do bloco, o que poderia resultar na expulsão do Uruguai do Mercosul (Colombo, 2021b).

A partir disso, é perceptível que o Mercosul se tornava mais dividido sob a presidência de Bolsonaro no bloco. Bolsonaro possuía pouco interesse no Mercosul e conseguiu o avanço nas tarifas que eram de interesse econômico brasileiro, mas uma das principais questões para o bloco, o acordo de livre comércio com a UE, ficou estagnado em parte pelas questões internas do Brasil. Há também a dispersão do bloco com a pouca redução das tarifas em relação ao

esperado e o avanço das negociações do Uruguai com a China demonstrando falta de coordenação entre os países membros.

2.3.5 A presidência do Paraguai no primeiro semestre de 2022

Ao final da PPTB, Bolsonaro passa o cargo para Mario Benítez, em reunião online. A gestão do Paraguai começou ao dia 17 de dezembro de 2021 e se estendeu até o dia 21 de julho de 2022. Em seu discurso de posse, Benítez expressou a importância de buscar relações comerciais com outros blocos e sinalizou ao Uruguai que buscava atender suas demandas a partir do consenso do bloco com prioridade em ratificar o acordo da redução de tarifas (AFP, 2021).

Durante a PPTP houve a aprovação de seis acordos no âmbito do CMC e a conclusão das negociações do bloco com Singapura, sem a ratificação de um acordo. Um dos primeiros acordos ratificados na gestão paraguaia foi a criação de um grupo de trabalho comum permanente entre o bloco e a República Dominicana, tendo reuniões semestrais, com o objetivo de estreitar as relações econômicas e a cooperação entre as partes por meio de planos de ação sustentáveis elaborados pelo grupo que apoiem tanto o setor privado quanto o setor público (Argentina, 2022).

Houve também a ratificação do acordo para reconhecimento de estudos, títulos e diplomas de ensino superior. Esse documento faz com que os países do bloco reconheçam os estudos e diplomas dos indivíduos dos Estados membros para facilitar a movimentação desses estudantes dentro do bloco, sendo isso feito para continuação dos estudos dentro dos países para aqueles que ainda não completaram os estudos (Uruguai, 2022a). Vale ressaltar que esse acordo não reconhece todas as áreas de estudos e não permite o trabalho nos países membros sem vistos, mas reconhece e não discrimina os estudantes que não completaram os estudos nos países membros.

No tangente ao setor de segurança comercial, foi aprovado um acordo anticorrupção no comércio e em investimentos internacionais. Esse documento tem o objetivo de prevenir a corrupção no setor de comércio e investimento internacional, abrangendo funcionários de cargo público internos e internacionais com medidas que proíbem o fornecimento, solicitação, promessas e cumplicidades de benefícios que são inválidos a essas pessoas. Consideram crime também a adição de contas não é registrada nos livros contábeis, transações não registradas, gastos inexistentes, falsa documentação e destruição de documentos intencionalmente, entre

outros. Para resolver isso, os países membros adotaram medidas conjuntas, como maior transparência e trocas de informações e adoção medidas conjuntas (Uruguai, 2022b).

Durante o último mês da PPTP, dessa vez em matéria de proteção às mulheres, o bloco aprovou o “Acordo sobre Reconhecimento de Medidas de Proteção para Mulheres em Situação de Violência de Gênero”. Esse acordo gerou normas para reconhecer e executar medidas de proteção às mulheres em situação de violência de gênero, a partir da proibição na entrada de zonas estabelecidas que a mulher está independente do motivo, o contato com a vítima e adentramento de espaço estabelecido pela medida de restrição. Abriu-se a possibilidade de o país emissor aderir a mais regras, para conter o agressor e proteger a vítima ou negá-las também com o reconhecimento por todos os Estados partes e observadores. A Bolívia, o Chile e o Equador também são signatários do Acordo (Mercosul, 2022a).

Esses foram alguns dos temas mais importantes tratados durante a presidência do Paraguai. Logo foi um período de alto volume de ratificação de acordos, quando comparados às outras gestões do período abordado por esta pesquisa, mostrando que o bloco conseguiu superar suas diferenças internas e concordar com os temas proposto ao invés de utilizar a aprovação unânime como uma arma de veto. Ainda assim, vale ressaltar que essas negociações estavam presentes nas outra PPT do bloco, mas a ratificação só acontece na PPTP

2.3.6 A presidência do Uruguai no segundo semestre de 2022

Lacalle Pou volta novamente à presidência pro tempore do bloco durante o período de 21 de julho a 6 de dezembro de 2022. Durante a primeira cúpula presencial no pós-pandemia, na qual Pou começaria a exercer seu mandato, foi considerada uma das mais divididas principalmente por Bolsonaro não fazer questão em estar presente e a briga entre Fernández e Pou sobre os acordos do Uruguai com a China (Colombo, 2022). A Argentina entendia que no caso de ratificação desse acordo o Uruguai deveria sair do bloco, enquanto Pou entendia que era possível ratificar o tratado sem sair do bloco. Nesse meio tempo, Benítez também não enxergava com bons olhos esse acordo principalmente por reconhecer Taiwan e ter relações rompidas com a China (Colombo, 2022).

Durante a PPTU, o Mercosul conseguiu ratificar a decisão para redução de 10% da TEC, para alguns produtos específicos (Mercosul, 2022b). Conseguiu também aprovar mudanças na estrutura organizacional do bloco e no funcionamento, simplificando os procedimentos para torná-los mais rápidos na tomada de decisão e reduzindo a burocracia, aumentou as atribuições da PPT e as tornou mais eficaz, flexibilizou a criação e extinção de órgãos auxiliares e criou

mecanismos para melhorar a comunicação e interações entre os órgãos já existentes (Mercosul, 2022c).

A aprovação da emenda ao Protocolo de Montevideu sobre o comércio de serviços no Mercosul foi feita durante a PPTU. Essa emenda tinha como objetivo alterar o anexo do tratado de Montevideu sobre serviços financeiros, ampliando a cobertura do acordo para seguros, serviços bancários e gestão de ativos, reconhecendo também as medidas prudenciais dos Estados Membros e outros países que não estejam no bloco. Além disso obriga as instituições a divulgarem informações regulatórias, mas protegendo as informações confidenciais e dados pessoais. Também garante acesso ao sistema de pagamentos e compensações nos países membros pelos prestadores de serviços (Siscomex, 2022).

Ainda durante a PPTU foi consagrado um acordo de livre comércio entre o Mercosul e Singapura, sendo o primeiro tratado desse tipo com um país da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) (Mercosul, 2022d). Nesse acordo se buscava uma aproximação com a República de Singapura no sentido econômico, sendo um dos principais países da exportação do bloco e considerado um complemento econômico para o bloco (Parlasul, 2024).

Logo, nessa segunda PPTU é perceptível que Lacalle Pou conseguiu avançar em sua agenda, no sentido de realizar ações concretas que seguiam em sua linha de discurso. Desde sua presidência em 2020 buscava a flexibilização das tarifas e das normas do bloco, com a normativa da TEC conseguiu reduzir a tarifa para 10% e a flexibilização das normas do bloco para maior independência em negociações bilaterais com países fora do Mercosul. Apesar de não ter conseguido ratificar o acordo com a UE, que era um de seus interesses durante a gestão, conseguiu a maioria de suas reformas.

Com base nessas seis presidências dentro do CMC é possível enxergar o fator interno se sobressaindo mais do que o fator internacional. Isso se torna mais visível durante as gestões na pandemia, que tomou maior parte da agenda de cooperação do bloco o compartilhamento de informação sobre a difusão da Covid-19 e atingiu seu ponto mais extremo com a saída da Argentina das negociações do bloco. A partir da lente teórica descrita no capítulo anterior é possível enxergar que as demandas internas se voltaram para o setor de saúde e com isso os presidentes à frente do cargo executivo do Mercosul também se voltaram para isso, sendo visivelmente mais abertos a outros temas na agenda um tempo depois.

Ainda assim, os presidentes trouxeram muitas pautas que tinham um caráter ideológico, principalmente Lacalle Pou. Por se identificar com a direita, juntamente com Bolsonaro e Penna, tiveram maior coerência e concordância dentro de diversos temas, com exceção do acordo do Uruguai com a China, com um dos fatores chaves de concordância sendo a redução

da TEC. Já no caso argentino, esse era um tema de pouca importância demonstrado pelas suas ações na PPTA, indicando que a barganha entre os Estados no nível internacional não contagiou a Argentina para ter a mesma visão que os demais presidentes. Portanto, esse período analisado dentro da perspectiva do intergovernamentalismo liberal evidencia que apesar de não ter uma participação popular direta, o bloco estava sujeito as demandas internas demonstrando que o intergovernamentalismo liberal é a teoria que mais se adequa ao caso.

CONCLUSÃO

Inicialmente, o presente trabalho teve como objetivo esclarecer a teoria do intergovernamentalismo liberal, mas apresentou também outras teorias de integração já consolidadas para compreender o processo de integração regional. Nesse contexto, buscou-se apresentar o histórico da região até a criação do Mercosul, destacando que essa área já possuía um histórico de cooperação em outras esferas antes do surgimento do bloco analisado. Dessa forma, demonstrou-se a conexão entre o intergovernamentalismo liberal e o Mercosul, analisando o objeto de estudo à luz dessa teoria. Foi identificado que o Mercosul se encontra na etapa de Mercado Comum, embora ainda esteja em processo de aprofundamento na redução de suas assimetrias. Ainda assim, o intergovernamentalismo liberal se mostrou como a abordagem mais adequada para explicar as ações e o funcionamento do bloco.

No segundo capítulo, foi feita uma exposição dos governos dos países mercosulinos durante o período anterior aos governos analisados. Primeiramente, buscou-se entender o contexto da época os governos da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai antes dos governos analisado, assim, exposto a conjuntura internacional e o ambiente interno para com que esses presidentes estavam lidando. Dentre as questões recorrentes nos debates das presidências *pro tempore* de 2020 a 2022 estiveram: a) medidas para lidar com a pandemia; b) novas pautas, como comércio eletrônico; c) as relações com outros parceiros, especialmente União Europeia e China; d) revisão da TEC. De divergente, a PPTA propôs a criação de um Observatório Ambiental do Mercosul, que não gerou frutos. Durante a PPTP de 2022, o bloco aprovou o “Acordo sobre Reconhecimento de Medidas de Proteção para Mulheres em Situação de Violência de Gênero”.

A partir desse conhecimento, foi retratado a conjuntura interna dos governos, tendo em vista que a covid-19 afetou aspectos econômicos e políticos globais. Visto que os setores econômicos e sanitários tem peso para a população doméstica, os governos do bloco tentaram trabalhar em prol de agradar a sua população e partindo do pressuposto que buscam a reeleição, trabalharam de forma mais individualista. Com esse entendimento, passou-se para a análise das presidências *pro tempore* do Mercosul durante o ano de 2020 até 2022.

Assim sendo, a hipótese descrita no início da pesquisa, que guiou o trabalho, foi comprovada a partir da análise feita. O Mercosul está altamente ligado à figura presidencial e suas vontades, demonstrando que os Estados membros tem uma grande influência sobre o bloco como entidade internacional, visto que a Argentina utilizou de seu poder de veto em relação às

reduções de tarifa externa por conta da sua visão protecionista para proteger as indústrias chaves nacionais, durante o período avaliado.

À luz da teoria intergovernamentalista exposta no primeiro capítulo é perceptível que a demanda interna influenciou os governos durante a gestão mercosulina. Fundamentalmente nos anos de agravamento das condições sanitárias com a pandemia, o bloco se viu quase que estagnado de atividades pelos governos voltarem sua atenção aos setores internos. Isso fez com que muitos assuntos e negociações pendentes do bloco ficassem andando lentamente ou estagnados. As principais ações nacionais de cooperação com outros Estados ficaram voltadas em reduzir o número de contaminados e cooperar em informações sobre a doença, tendo até a saída da Argentina das negociações do bloco por um breve período.

REFERÊNCIAS

ABC Color. Crecimiento sostenido de la deuda pública en Paraguay. **ABC Color**, 19 de agosto de 2024. Disponível em: <https://www.abc.com.py/economia/2024/08/19/crecimiento-sostenido-de-la-deuda-publica-en-paraguay/>. Acesso em: 18 out. 2024.

AFP. Paraguai priorizará consenso no Mercosul ao assumir a presidência pró-tempore. **Estado de Minas**, 17 de dezembro de 2021. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/12/17/interna_internacional,1332271/paraguai-priorizara-consenso-no-mercosul-ao-assumir-a-presidencia-pro-tempo.shtml. Acesso em: 5 nov. 2024.

ALIANÇA DO PACÍFICO. *What is the pacific alliance?* Aliança do Pacífico, 2024. Disponível em: <https://alianzapacifico.net/en/what-is-the-pacific-alliance/>. Acesso em 22 de nov. 2024.

ALMEIDA, Wilson. SANTANA, Hadassah. **Integração e democracia: os interesses políticos locais que distorcem o direito internacional e a crise política resultante da suspensão do Paraguai do Mercosul**. Senado Federal, 2014. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/51/203/ril_v51_n203_p91.pdf/@download/file/ril_v51_n203_p91.pdf. Acesso em 15 out. 2024.

ARAÚJO, Victor. **A economia brasileira sob o governo Bolsonaro (2019-2022): neoliberalismo radical e pragmatismo econômico**. UFF, 2023. Disponível em: https://centrocelsofurtado.org.br/arquivos/file/TDD_01_2023.pdf. Acesso em: 21 out. 2024.

ARGENTINA. *Tabaré Vazquez: “el Mercosur requiere de un sinceramiento”*: **Prensa Gobierno de Mendoza**. Governo de Mendoza, 2024. Disponível em: <https://www.mendoza.gov.ar/prensa/tabare-vazquez-el-mercosur-requiere-de-un-sinceramiento/>. Acesso em: 15 out. 2024.

ARGENTINA. *Proyecto de Ley Restauración de la sostenibilidad de la deuda pública en moneda extranjera emitida bajo ley argentina*. Ministério da Economia, 2020. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/noticias/proyecto-de-ley-restauracion-de-la-sostenibilidad-de-la-deuda-publica-en-moneda-extranjera>. Acesso em: 22 out. 2024.

ARGENTINA. *Alberto Fernández pidió “más y mejor Mercosur con una recuperación económica sostenible y inclusiva”*. Ministerio de Relaciones Exteriores, 2021. Disponível em: <https://cancilleria.gob.ar/es/destacados/alberto-fernandez-pidio-mas-y-mejor-mercosur-con-una-recuperacion-economica-sostenible-e> . Acesso em: 4 nov. 2024.

ARGENTINA. *Memorando de entendimiento entre el mercado común del sur (mercosur) y la república dominicana para el establecimiento de un grupo de trabajo conjunto para la promoción del comercio, las inversiones y encadenamiento productivo*. Ministerio de relaciones exteriores, comercio y culto, 2022. Disponível em: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/263080/20220523> . Acesso em: 5 nov. 2024.

BANCO MUNDIAL. **GDP growth (annual %) - Argentina**. *World Bank*, 2024. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=AR&start=2019>. Acesso em: 22 out. 2024.

BATALLA, I. C. *política exterior de Uruguay en el Mercosur durante el gobierno de José Mujica*. **SÉCULO XXI: Revista de Relações Internacionais - ESPM**, v. 4, n. 2, p. 35–52, 2015.

BRASIL. **Presidente Jair Bolsonaro diz que vocação do Mercosul é gerar riquezas e levar bem-estar à população**. Governo Federal, 2021b. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2021/12/presidente-jair-bolsonaro-diz-que-vocacao-do-mercosul-e-gerar-riquezas-e-levar-bem-estar-a-populacao>. Acesso em 31 out. 2024.

BRASIL. **Nota informativa: atividade econômica, resultado do PIB 2020 e as perspectivas**. Ministério da Economia, 2021a. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-informativas/2021/ni-atividade-economica-pib-2020-e-perspectivas.pdf>. Acesso em: 22 out. 2024.

BRASIL. **MERCOSUL – Mecanismos de Integração Regional**. MRE, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/mecanismos-internacionais/mecanismos-de-integracao-regional/mercosul>. Acesso em: 25 set. 2024.

BRUN, D. A. Paraguay 2019: The Unusual Beginning of a Government Without a Honeymoon. **Revista de ciencia política (Santiago)**, v. 40, n. 2, p. 457–481, jun. 2020.

BURGESS, Michael. **Comparative federalism: theory and practice**. University of Piraeus, 2004. Disponível em: <https://eclass.unipi.gr/modules/document/file.php/DES316/Burgess%20Comparative%20Federalism.pdf>. Acesso em: 04 set. 2024.

BURGESS, M. (Ed.). Federalism and the European Union. **Special Issue of Publius: The Journal of Federalism**, v. 26, n. 4, p. 1-15, 1996. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3330768>. Acesso em: 10 set. 2024.

BUSSO, A.; ZELICOVICH, J. *El gobierno de Mauricio Macri y la integración regional: ¿desde el MERCOSUR a la Alianza del Pacífico?* **Conjuntura Austral**, v. 7, n. 37, p. 17–24, 17 set. 2016.

CACHIOLO, Carlos. *The Mercosur experience and theories of regional integration*. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 60, n. 1, 2017. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-8529.2017390100006>. Acesso em: 11 abr. 2024.

CAMAÑO, Ezequiel. Uruguay's controversial turn towards law and order. **Americas Quarterly**, 2022. Disponível em: <https://www.americasquarterly.org/article/uruguays-controversial-turn-towards-law-and-order/>. Acesso em: 28 out. 2024

CAMPOS, Ana; VERDEÍLIO, Andreia. **Revisão do Tratado de Itaipu será desafio, diz presidente do Paraguai**. Agência Brasil, 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-03/revisao-do-tratado-de-itaipu-sera-desafio-diz-presidente-do-paraguai>. Acesso em: 20 out. 2024.

CEIA, Eleonora; RIBEIRO, William. **O marco jurídico-institucional da integração energética na América do Sul**. Rio de Janeiro: GESEL-UFRJ, 2015. Disponível em: https://www.gesel.ie.ufrj.br/app/webroot/files/publications/50_tdse65.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.

CEPAL. **Brasil: impacto de la devaluación del real**. Santiago: CEPAL, 1999. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/633d77bf-e8b0-4801-81c0-e4d8c35a2f1e/content>. Acesso em: 7 out. 2024.

CNN. **Com bate boca entre Fernández e Lacalle, reunião escancara fissuras no Mercosul**. CNN Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/com-bate-boca-entre-fernandez-e-lacalle-reuniao-escancara-fissuras-no-mercosul/>. Acesso em: 29 out. 2024.

COELHO, Pablo. **O processo de transição democrática no Uruguai**. Ufrj, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/mp/article/view/33874/18988>. Acesso em: 23 de set. de 2024.

COLOMBO, Sylvia. Argentina se isola contra revisão da tarifa externa do Mercosul. **Folha de São Paulo**, 27 de março de 2021a. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=49478&keyword=Mercosul&anchor=6431110&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=4a83cb9d0a9e087b3d4472c2be4d66c2>. Acesso em: 4 nov. 2024.

COLOMBO, Sylvia. Uruguai anuncia avanço de acordo com China fora do Mercosul. **Folha de São Paulo**, 9 de setembro de 2021b. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=49663&keyword=Mercosul&anchor=6441208&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=783bfb8490874926f13bfe8f9e8680fa>. Acesso em: 5 nov. 2024.

COLOMBO, Sylvia. Líderes do Mercosul se reúnem em cúpula fragmentada no Paraguai. **Folha de São Paulo**, 20 de julho de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/07/lideres-do-mercosul-se-reunem-em-cupula-fragmentada-no-paraguai.shtml>. Acesso em: 6 nov. 2024.

COLETTA, Ricardo; HOLANDA, Marianna; RESENDE, Thiago. Brasil e Argentina fecham acordo para reduzir tarifa comum do Mercosul em 10%, em uma derrota para Guedes. **Folha de São Paulo**, 8 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/10/brasil-e-argentina-fecham-acordo-para-reduzir-tarifa-comum-do-mercosul-em-10-em-uma-derrota-para-guedes.shtml>. Acesso em: 4 nov. 2024.

CONDURRU, G. F. O subsistema americano, Rio Branco e o ABC. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 41, n. 2, p. 59-82, dez. 1998

EFE. Uruguay: el país que apostó en la pandemia a la libertad responsable y a la ciencia. **Los Angeles Times**, 26 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www.latimes.com/espanol/vida-y-estilo/articulo/2022-02-26/uruguay-el-pais-que-aposto-a-la-libertad-responsable-y-a-la-ciencia>. Acesso em: 28 out. 2024.

EICHNER, E. F. et al. O Pacto ABC de 1915 e as suas Implicações para a Política Externa Brasileira para o Cone Sul. **Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional**, v. 9, n. 16, 2016.

EL PAÍS. El presidente Lacalle Pou realizó un balance anual de Gestión en su último discurso ante la Asamblea General. **El País**, 2 de março de 2024. Disponível em: <https://www.elpais.com.uy/informacion/politica/el-presidente-lacalle-pou-realizo-un-balance-anual-de-gestion-en-su-ultimo-discurso-ante-la-asamblea-general>. Acesso em: 29 out. 2024.

FERNÁNDEZ, Laura. **La Ley de Urgente Consideración (LUC) y la urgência de la ciudadanía**. Frontera, 2021. Disponível em: <https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/handle/20.500.12008/30798>. Acesso em: 28 out. 2024.

HEINSFELD, A. AS RELAÇÕES BRASIL-CHILE: o pacto ABC de 1915, [s. d.].

INFOBAE. **Luis Lacalle Pou, al asumir la presidencia pro témpore del Mercosur: “Tenemos que firmar el acuerdo comercial con la Unión Europea”**. Infobae, 2020. Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2020/07/02/en-vivo-primera-cumbre-virtual-del-mercosur/>. Acesso em: 30 out. 2024.

PONTES, E. Adesão da Bolívia ao Mercosul: oportunidades e desafios. **Pontes**, v. 3, n. 2, p. 16-18, 2007.

TEIXEIRA, M. A adesão da Venezuela ao Mercosul. **Revista de Informação Legislativa**, n. 177, 2008.

CORRAL, Amalia. **A integração energética na América do Sul: instrumentos jurídicos e institucionais para projetos gasíferos regionais**. Dissertação (doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: https://www.gesel.ie.ufrj.br/app/webroot/files/publications/50_tdse65.pdf. Acesso em 11 set. 2024.

EICHNER, E. F. et al. O Pacto ABC de 1915 e suas Implicações para a Política Externa Brasileira para o Cone Sul. **Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional**, v. 9, n. 16, 2016.

HAAS, Ernst B. **The Uniting of Europe: Political, Social, and Economic Forces, 1950-1957**. Stanford: Stanford University Press, 1958. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/100books/file/EN-H-BW-0038-The-uniting-of-Europe.pdf>. Acesso em: 5 set. 2024.

JENSEN, Carsten. **Neo-functionalism**. Moodle USP, 2024. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5649489/mod_resource/content/1/Neo-funcionalismo%20Cini%20c.%205.pdf. Acesso em: 5 set. 2024.

KAPLAN, Lucía; DELFINO, Andrea. Pandemia, políticas públicas y sectores vulnerable: Um análisis del ingreso familiar de emergencia em Argentina. **Revista de Ciencia Política**, v. 59, n. 1, p. 81–104, 28 jul. 2021.

MALAMUD, Andrés. **Presidentialism and Mercosur: A Hidden Cause for a Successful Experience**. The Review of International Affairs, v. 3, n. 2, 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8093057/mod_resource/content/1/Presidentialism%20and%20Mercosur_Malamud.pdf. Acesso em: 8 out. 2024.

MALLEA, Rodrigo, SPECKTOR, Matias. **Origens da cooperação nuclear: uma história oral crítica entre Argentina e Brasil**. FGV, 2012. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/03cbee4a-f9e7-472c-8c3b-dd87cffceb31/content> . Acesso em: 22 de set. de 2024.

MERCADANTE, M. **Operação Condor: A cooperação para o terror no Cone Sul**. Universidade Federal Fluminense [s.d.]. Disponível em: <file:///C:/Users/joao0/Downloads/53703-Texto%20do%20Artigo-186864-1-10-20220329.pdf>. Acesso em: 17 set. 2024.

MERCOSUL: **17 anos como ferramenta de desenvolvimento e integração**. Mercosul, 2024b. Disponível em: <https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/v/338/1/parlasur/mercotur:-17-anos-como-herramienta-de-desarrollo-y-de-integracion.html>. Acesso em: 18 set. 2024.

MERCOSUL. **XII reunión extraordinária del consejo del mercado común**. Mercosul, 2021a. Disponível em: https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/90144_CMC_2021_ACTA01_ES_XII-Ext.pdf. Acesso em: 31 out. 2024.

MERCOSUL. **Acordo sobre Comércio Eletrônico do Mercosul**. Mercosul, 2021c. Disponível em: <https://www.mercosur.int/documento/acuerdo-sobre-comercio-electronico-del-mercotur/> . Acesso em 31 out. 2024.

MERCOSUL. **Em poucas palavras**. Mercosul, 2024a. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/em-poucas-palavras/> . Acesso em: 5 nov. 2024.

MERCOSUL. **Estadísticas Mercosur**, 2024b. Disponível em: <https://estadisticas.mercosur.int/>.. Acesso em: 8 de out. de 2024.

MERCOSUL. **LVI Reunión ordinaria del consejo del Mercado Común**. Mercosul, 2020a. Disponível em: https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/79700_CMC_2020_ACTA01_ES_LV I.pdf. Acesso em 4 out. 2024.

MERCOSUL. **Los presidentes del MERCOSUR acuerdan medidas contra el coronavirus**. Mercosul, 2020b. Disponível em: <https://www.mercosur.int/los-presidentes-del-mercotur-acuerdan-medidas-contra-el-coronavirus/>. Acesso em: 30 out. 2024.

MERCOSUL. **LVII Reunión ordinaria del consejo del Mercado Comum.** Mercosul, 2020c. Disponível em: https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/82528_CMC_2020_ACTA02_ES.pdf. Acesso em: 4 nov. 2024.

MERCOSUL. **Informe de la Presidencia Pro Tempore del MERCOSUR: Uruguay 2020.** Mercosul, 2020d. Disponível em: https://documentos.mercosur.int/simfiles/docinformativos/82532_CMC_2020_ACTA02_AN_E03_DI08_ES_Informe%20PPTU2020.pdf. Acesso em: 4 nov. 2024.

MERCOSUL. **Tratado de Assunção para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai.** Mercosul, 1991. Disponível em: <https://www.mercosur.int/documento/tratado-de-assuncao/>. Acesso em: 23 set. 2024.

MERCOSUL. **Protocolo de Ouro Preto.** Mercosul, 1994. Disponível em: <https://www.mercosur.int/documento/protocolo-de-ouro-preto/>. Acesso em: 25 set. 2024.

MERCOSUL. **Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL, Bolívia e Chile.** Mercosul, 1998. Disponível em: <https://www.mercosur.int/documento/protocolo-de-ushuaia-sobre-compromisso-democratico/>. Acesso em: 25 set. 2024.

MERCOSUL. **Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no MERCOSUL.** Mercosul, 2002. Disponível em: <https://www.mercosur.int/documento/protocolo-de-olivos/>. Acesso em: 25 set. 2024.

MERCOSUL. **Protocolo de Adesão do Estado Plurinacional da Bolívia ao MERCOSUL.** Mercosul, 2012. Disponível em: <https://www.mercosur.int/documento/protocolo-de-adesao-do-estado-plurinacional-da-bolivia-ao-mercotel/>. Acesso em: 25 set. 2024.

MERCOSUL. **Normas institucionais - Criação FOCEM.** Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul, 2004. Disponível em: <https://focem.mercosur.int/pt/normas/?tipo=criacao-focem>. Acesso em: 25 set. 2024.

MERCOSUL. **Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL.** Mercosul, 2006. Disponível em: <https://www.mercosur.int/documento/protocolo-de-adesao-da-venezuela-ao-mercotel/>. Acesso em: 25 set. 2024.

MERCOSUL. **Protocolo de Adesão do Estado Plurinacional da Bolívia ao MERCOSUL.** 7 dez. 2012. Disponível em: <https://www.mercosur.int/documento/protocolo-de-adesao-do-estado-plurinacional-da-bolivia-ao-mercotel/>. Acesso em: 25 set. 2024.

MERCOSUL. **Decisão sobre a suspensão da Venezuela no MERCOSUL.** Mercosul, 2017. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/documento/decision-sobre-la-suspension-de-venezuela-en-el-mercotel/>. Acesso em: 25 set. 2024.

MERCOSUL. **Acuerdo sobre reconocimiento mutuo de medidas de protección para las mujeres en situación de violencia de género entre los estados partes del mercotel y**

estados asociados. Mercosul, 2022a. Disponível em: https://normas.mercosur.int/simfiles/normativas/89905_DEC_007-2022_ES_Acuerdo%20Violencia%20de%20G%C3%A9nero.docx . Acesso em: 6 nov. 2024.

MERCOSUL. **Tarifa Externa Comum.** Mercosul, 2022b. Disponível em: <https://normas.mercosur.int/public/normativas/4334> . Acesso em: 6 nov. 2024.

MERCOSUL. **Estrutura institucional do Mercosul.** Mercosul, 2022c. Disponível em: <https://normas.mercosur.int/public/normativas/4428>. Acesso em: 6 nov. 2024.

MERCOSUL. **Suscripción del acuerdo de libre comercio entre el Mercado Común del Sur (Mercosur) y la República de Singapur.** Mercosul, 2022d. Disponível em: https://normas.mercosur.int/simfiles/normativas/97837_DEC_017-2023_ES_Acuerdo%20MCS%20Singapur.pdf . Acesso em: 6 nov. 2024.

MINTRANY, David. **The Functional Approach to World Organization.** International Organization, v. 1, n. 1, p. 13-26, 1947. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/3018652?oauth_data=eyJlbWFpbCI6ImpvYW9vbGl2ZWlyYWZlcm5hbmRlc2F6ZXZlZG8wM0BnbWFpbC5jb20iLCJpbnN0aXR1dGlvbklkcyI6W10sInByb3ZpZGVyIjoiz29vZ2xlIn0. Acesso em: 25 ago. 2024.

MENEZES, Alfredo; PENNA FILHO, Pio. Integração regional: os blocos econômicos nas relações internacionais. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2006.
MORAVCSIK, Andrew. **Liberal Intergovernmentalism.** Princeton, 2024. Disponível em: <https://www.princeton.edu/~amoravcs/library/intergovernmentalism.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2024.

MINISTERIO DE HACIENDA DEL PARAGUAY. **¿Qué ha pasado con el endeudamiento público?** MF Blog, 2024. Disponível em: <https://www.mf.com.py/medios/blog/que-ha-pasado-con-el-endeudamiento-publico.html>. Acesso em: 15 out. 2024.

OECD. **Bolivia (BOL) Country Profile.** Observatory of Economic Complexity. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/bol?timeLinePlot=yearOption>. Acesso em: 25 set. 2024.

OLIVEIRA, Marcelo. Teorias contemporâneas sobre as relações internacionais. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.7, n. 12, 2007.

PARAGUAI. **Paraguay ratifica compromiso con el Mercosur e insta a fortalecer la democracia.** IP, 2019. Disponível em: <https://www.ip.gov.py/ip/2019/12/05/paraguay-ratifica-compromiso-con-el-mercursosur-e-insta-a-fortalecer-la-democracia/> . Acesso em 30 out. 2024.

PARLASUL. Mercosur y Singapur firman acuerdo de libre comercio. **Revista Parlasur**, n. 39, p. 4-27, abr. 2024.

PEDRUZZI, Pedro. **Bolsonaro diz que Mercosul precisa se abrir.** Agência Brasil, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-07/bolsonaro-diz-que-mercursosul-precisa-se-abrir>. Acesso em: 31 out. 2024.

PINTO, Ana. **Acordos devem resguardar ambiente, decidem líderes da UE**. Folha de São Paulo, 2021. Disponível em: <https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=49706&keyword=Mercosul&anchor=6443756&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=47a5ff35dea46c1a59dfb0d838246e86>. Acesso em: 5 nov. 2024.

PINTO, Messias. **A área de livre comércio das américas e os interesses da União Europeia na América Latina**. Universidade do Minho, 2004. Disponível em: <https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17553/material/2.%20CAP%201%20-%20As%20Teorias%20da%20Integra%C3%A7%C3%A3o%20Regional.pdf>. Acesso em: 09 set. 2024.

PODER360. **Fernández diz que não irá a encontro com Bolsonaro no Uruguai**. Poder360, 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/fernandez-diz-que-nao-ira-a-encontro-com-bolsonaro-no-uruguai/>. Acesso em: 23 out. 2024.

RIBEIRO, P. F.; OLIVEIRA, M. L. C. Política Externa e Legislativo no Paraguai do Presidente Lugo. **Revista de Sociologia e Política**, v. 26, n. 68, p. 75–94, dez. 2018.

ROLON, José. **Paraguai: transição democrática e política externa**. Usp, 2010. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-30042010-114706/publico/JOSE_APARECIDO_ROLON.pdf. Acesso em 23 de set. de 2024.

SALES, Claudio; HOCHSTETLER, Richard. **Itaipu e a vitimização paraguaia**. Correio Braziliense, 2019. Disponível em: https://acendebrasil.com.br/wp-content/uploads/2020/04/20190816_CorreioBraziliense_Itaipu_e_a_vitimizacao_paraguaia.pdf. Acesso em: 15 out. 2024.

SANT'ANNA, Lourival. **O Paraguai e as voltas do Mercosul**. Exame, 2017. Disponível em: <https://exame.com/mundo/o-paraguai-e-as-voltas-do-mercosul/>. Acesso em: 22 out. 2024.

SANTORO, M. A crise de 2001 e a política externa argentina. **Revista Estudos Políticos**, v. 8, n. 15, p. 81–93, 10 dez. 2019.

SANTOS, Luís. **A América do Sul no discurso diplomático brasileiro**. Scielo, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/nkDMH3w8bQm5bv3hGLryY7J/>. Acesso em: 18 set. 2024.

SARAIVA, Mariam; SILVA, Álvaro. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. **Relações Internacionais**, n. 64, p. 117–137, dez. 2019.

SECHLER, Susan; GUINAM, Joe. Adesão da Bolívia ao Mercosul: oportunidades e desafios. **Pontes**, v. 3, n. 2, p. 16–18, 2007.

SERRICHIO, Sergio. **La economía antes de las elecciones: saldo parcial de dos años de política económica**. Infobae, 2021. Disponível em: <https://www.infobae.com/economia/2021/11/07/la-economia-antes-de-las-elecciones-saldo-parcial-de-dos-anos-de-politica-economica/>. Acesso em: 23 out. 2024.

SCHERER, Lucas. **A política externa do governo Bolsonaro**. Relações Exteriores, 2022. Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/politica-externa-governo-bolsonaro/> . Acesso em: 22 out. 2024

SCHMITTER, Philippe C. “A Revised Theory of Regional Integration.” **International Organization**, vol. 24, no. 4, 1970, pp. 836–68. JSTOR. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2706154> . Acesso em: 3 set. 2024.

SCHREIBER, Mariana. **A disputa em Itaipu que quase levou o impeachment no Paraguai e preocupa o governo Bolsonaro**. BBC, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49201623> . Acesso em: 20 out. 2024.

SILVA, M. ARCE, A. **O Mercosul e os impactos econômicos e políticos da adesão da Venezuela**. Scielo, 2011. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000100018 . Acesso em: 25 set. de 2024.

SILVA, C. **Bolivia Mercosur membership close to fruition**. The Brazilian report, 2023. Disponível em: <https://brazilian.report/liveblog/latam/2023/11/23/bolivia-mercotur-membership-close-to-fruition/> . Acesso em: 26 de set. de 2024.

SISCOMEX. **Emenda ao protocolo de Montevideo sobre o comercio de serviços do Mercosul**. Governo do Brasil, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/siscomex/pt-br/acordos-comerciais/75400_DEC_0142019_ES_EnmiendaProtServicios.doc. Acesso em 5 nov. 2024.

SOUZA, F. F. Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas. v. 3, [s.d.].

URUGUAI. Acuerdo marco del mercosur para reconocimiento de estudios, títulos y diplomas de enseñanza superior, técnico profesional, tecnológica, artística y de formación docente y en educación. **Cámara de Representantes do Uruguai**, 2022a. Disponível em: <https://www.bing.com/ck/a?!&&p=3e475eea4519eed7f4a81731afa7af223bcf60248e8c92fba1947297a44c61b2JmltdHM9MTczMDc2NDgwMA&ptn=3&ver=2&hsh=4&fclid=219ec535-3b5b-6ef5-09ba-d17a3a0a6f41&psq=ACUERDO+MARCO+DEL+MERCOSUR+PARA+RECONOCIMIEN TO+DE+ESTUDIOS%2c+T%c3%8dTULOS+Y+DIPLOMAS+DE+ENSE%c3%91ANZA+ SUPERIOR%2c+T%c3%89CNICO+PROFESIONAL%2c+TECNOL%c3%93GICA%2c+ART%c3%8dSTICA+Y+DE+FORMACI%c3%93N+DOCENTE+Y+EN+EDUCACI%c3%93 N&u=a1aHR0cDovL3d3dy5kaXB1dGFkb3MuZ3ViLnV5L2RhGEvZG9jcy9MZWdBY3R1YWwvUmVwYXJ0aWQvUjA3OTYucGRm&ntb=1>. Acesso em: 5 nov. 2024.

URUGUAI. **Acuerdo del mercosur para la prevención y lucha contra la corrupción en el comercio y en las inversiones Internacionales**. Cámara de representantes do Uruguai, 2022b. Disponível em: <https://www.bing.com/ck/a?!&&p=33b513e4a6a1328dd63677290133a2d5efb1d60c402bd0cf eede9ddeedc9cdfbJmltdHM9MTczMDc2NDgwMA&ptn=3&ver=2&hsh=4&fclid=219ec535-3b5b-6ef5-09ba-d17a3a0a6f41&psq=ACUERDO+DEL+MERCOSUR+PARA+LA+PREVENCION+Y+LUCHA+CONTRA+LA+CORRUPCI%c3%93N+EN+EL+COMERCIO+Y+EN+LAS+I>

[NVERSIONES+INTERNACIONALES&u=a1aHR0cDovL3d3dy5kaXB1dGFkb3MuZ3ViLnV5L3dwLWNvbnRlbnQvdXBsb2Fkcy8yMDI0LzA5LzAwODEwLnBkZg&ntb=1](#). Acesso em: 5 nov. 2024.

URUGUAI. **Comunicado de Prensa N° 20/40**. Ministério das Relações Exteriores do Uruguai, 2020. Disponível em: <https://www.gub.uy/ministerio-relaciones-exteriores/comunicacion/noticias/retiro-argentina-negociaciones-comerciales-del-mercosur-afectara-acuerdos#:~:text=de%20inserci%C3%B3n%20internacional-,COMUNICADO%20DE%20PRENSA%20N%C2%BA%2040%2F20,24%20de%20abril%20por%20videoconferencia>. . Acesso em: 4 nov. 2024.

URUGUAI. **Suscripción de la Declaración MERCOSUR - Alianza del Pacífico**. Ministerio de Relaciones Exteriores, 2018. Disponível em: <https://www.gub.uy/ministerio-relaciones-exteriores/comunicacion/noticias/suscripcion-de-la-declaracion-mercosur-alianza-del-pacifico>. Acesso em: 23 nov. 2024.

VEGAS, Jorge Hugo Herrera. **Impactos da desvalorização do real sobre o comércio entre o Brasil e a Argentina**. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 42, n. 2, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/3FBkq3QH3gzVrQBzBhMGvKC/>. Acesso em: 25 set. 2024.

BANCO MUNDIAL. **GDP growth (annual %) - Paraguay**. World Bank, 2024. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=PY&start=2017>. Acesso em: 18 out. 2024.

ZANATTA, L. **Uma breve história da América Latina**. 1 ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2017.

ZELICOVICH, J. El lugar del MERCOSUR en la política exterior argentina durante los gobiernos de Néstor Kirchner y Cristina Fernández de Kirchner. **Relaciones Internacionales**, v. 20, n. 41, 2011.

RESOLUÇÃO nº 038/2020 – CEPE

ANEXO I
APÊNDICE ao TCC

Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

O estudante João Oliveira Fernandes Azevedo do Curso de Relações Internacionais matrícula 20211004300120 (e-mail joaooliveirafernandesazevedo03@gmail.com) na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei nº 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado O MERCOSUL PARA ALÉM DE UM SONHO DE INTEGRAÇÃO: AS PRESIDÊNCIAS PRO TEMPORE (2020-2022) E AS DIVERGÊNCIAS DO BLOCO, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 11 de dezembro de 2024.

Assinatura do autor:

Nome completo do autor: João Oliveira Fernandes Azevedo

Assinatura do professor orientador:

Nome completo do orientador: Danillo Alarcon